



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - CED
CURSO DE PEDAGOGIA

IDEIAS E PROPOSTAS EDUCACIONAIS: DISCURSOS
DIFUNDIDOS PELA REVISTA VEJA (2011-2015)

CLAUDIA GADOTTI JOÃO

FLORIANÓPOLIS – SC
2016

CLAUDIA GADOTTI JOÃO

**IDEIAS E PROPOSTAS EDUCACIONAIS: DISCURSOS
DIFUNDIDOS PELA REVISTA VEJA (2011-2015)**

Projeto de pesquisa apresentado à Disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do Curso de Pedagogia, do Centro de Ciências da Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Professora Dr^a. Ione Ribeiro Valle

**FLORIANÓPOLIS – SC
2016**

CLAUDIA GADOTTI JOÃO

**IDEIAS E PROPOSTAS EDUCACIONAIS: DISCURSOS
DIFUNDIDOS PELA REVISTA VEJA (2011-2015)**

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi julgado adequado para obtenção do Título de Licenciada de Pedagogia, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 01 de dezembro de 2016.

Prof. Dr. Jeferson Silveira Dantas
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Ione Ribeiro Valle
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Jeferson Silveira Dantas
Titular
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Francini Scheid Martins
Titular
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Tiago Ribeiro Santos
Titular
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a. Dr^a. Maria das Dores Daros
Suplente
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que direta ou indiretamente participaram dessa etapa da minha vida. Sei que lembrarei apenas dos nomes de alguns dos muitos que enriqueceram meu caminho, mas aos que não forem citados, não se sintam menores ou desprezados, pois todos que estiveram ao meu lado neste período tiveram participação singular.

Primeiramente agradeço à minha orientadora, professora Dr^a. Ione Ribeiro Valle, por ter cuidado de cada etapa deste trabalho final com carinho, paciência, discutindo pessoalmente comigo cada aspecto, levando-me a refletir, a olhar de outro modo para o meu texto e para as minhas inseguranças e limitações. Muito obrigada por estar presente sempre, apesar da sua atribulada agenda. A sua dedicação tem o meu mais profundo reconhecimento.

Ao meu marido, Jean Carlos, por ter auxiliado na elaboração de planilhas e gráficos, quando as limitações tecnológicas se mostraram tão gigantes e intransponíveis. Meu carinho especial por sua paciência e cuidado.

Às minhas filhas, Caroline, Júlia, por compreenderem os muitos momentos que não pudemos estar juntas em nome de trabalhos e estudos a serem realizados. Um beijo especial à Caroline, por traduzir o abstract.

Aos colegas de sala, pelas contribuições, às amizades que resultaram dessa jornada de estudo, meu sincero e afetuoso agradecimento.

RESUMO

Este estudo teve por objetivo geral “investigar em publicações semanais da *Revista Veja*, no período compreendido entre os anos 2011 a 2015, os discursos sobre educação no Brasil”. Para isso, apoiou-se em metodologia qualitativa, em que o recolhimento dos dados foi feito por meio de pesquisa documental e dos descritores: educação de qualidade. Dentre os 78 artigos publicados pela Revista Veja (2011-2105) sobre a educação no Brasil, destacaram-se 32 artigos de Gustavo Ioschpe. Tendo como referência os textos desse autor, foram criados 3 focos textuais: Críticas à política brasileira e às propostas para a educação feitas pelos candidatos ao governo, exemplos educacionais que o Brasil deveria ou não seguir no ensino básico e universitário; e, críticas aos professores, à escola, e à forma de ensinar e aprender no Brasil. De cada grupo focal foram escolhidos textos que pudessem representar as principais ideias do autor sobre a educação no país. Entre os resultados observou-se que Ioschpe aponta que melhorar a educação não depende de dinheiro, mas de formação de qualidade para professores e alunos, posicionando-se contra investir 10% do PIB na educação brasileira. O autor apresenta a escola como utópica, com um currículo de conteúdos excessivos, abordando aspectos não mensuráveis, cujo foco não é a aprendizagem, e que leva à ampliação da desigualdade social. Segundo Ioschpe, a receita do sucesso brasileiro é a fórmula chinesa, que usa o pragmatismo, a meritocracia, o coletivismo, o gradualismo e a abertura ao exterior em seu sistema educacional.

Palavras-chave: Revista Veja. Gustavo Ioschpe. Discursos Educacionais. Ideias e Propostas.

ABSTRACT

The main objective of this study was to "investigate the discourses on education in Brazil about weekly publications of Revista Veja, the period from 2011 to 2015". For this, it was based on a qualitative methodology, in which the collection of data was done through documentary research and the key-words: quality education. Among the 78 articles published by Revista Veja (2011-2105) about education in Brazil, 32 articles by Gustavo Ioschpe were highlighted. Taking as reference the texts of this author, three focus groups were created: Criticisms of Brazilian politics and proposals for education made by candidates of government, educational examples that Brazil should or should not follow in basic and university education; and, criticism of the teachers, the school, and the way of teaching and learning in Brazil. From each focus group were chosen texts that could represent the main ideas of the author on education in the country. Among the observed results that Ioschpe points out that improving education does not depend on money, but of quality training for teachers and students, positioning themselves against investing 10% of PIB in Brazilian education. The author presents the school as utopian, with a curriculum of content, covering aspects not measurable, wich focus is not learning, and that leads to the expansion of social inequality. According to Ioschpe, the recipe for success is the Chinese formula, which uses the pragmatism, the meritocracy, the collectives, the gradualism and opening to the outside world in its educational system.

Key-words: Veja Magazine. Gustavo Ioschpe. Educational Discourses. Ideas and Proposals.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Obras publicadas pela Veja entre 2011 e 2015 sobre a educação no Brasil.....	19
Quadro 2 – Autores e publicações sobre educação de 2011 a 2015 na Revista Veja	22
Quadro 3 – Ano, edição e título das publicações de Ioschpe entre 2011 e 2015	27
Quadro 4 – Enfoque do autor a cada texto sobre educação.....	28
Quadro 5 – Agrupamento dos textos por título e temática de discussão.....	30
Quadro 6 – Os textos que representam as ideias do autor em cada grupo focal, título e temática	35
Quadro 7 – Fontes de embasamento dos argumentos	37
Quadro 8 – Informações destacadas nos artigos analisados	39

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Publicações sobre educação na Revista Veja de 2011 a 2015	22
Gráfico 2 – Incidência das temáticas abordadas pelo autor	32

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	10
1.2 JUSTIFICATIVA	12
1.3 OBJETIVOS.....	13
1.3.1 <i>Objetivo geral</i>	13
1.3.2 <i>Objetivos Específicos</i>	14
1.4 PROBLEMATIZAÇÃO.....	14
1.5 HIPÓTESES	15
2 METODOLOGIA: FONTES E ANÁLISE DE DADOS	17
2.1 SELEÇÃO DE DADOS	18
2.2 GUSTAVO IOSCHPE	24
3 AS IDEIAS E PROPOSTAS EDUCACIONAIS COMENTADAS	27
3.1 A EDUCAÇÃO SEGUNDO IOSCHPE E O ENFOQUE DE SUAS DISCUSSÕES.....	27
3.2 O AGRUPAMENTO DE ENFOQUES E A SELEÇÃO DE TEXTOS	30
3.3 OS FOCOS TEXTUAIS E SEUS ARGUMENTOS.....	36
3.3.1 <i>A política brasileira e as propostas para a educação</i>	41
□ Texto 1: “Dilma Shiva ataca novamente”	41
□ Texto 2: “Os candidatos e a educação”	44
□ Texto 3: “Dilma, não desperdice nossos recursos nesse sistema educacional”	45
3.3.2 <i>Crítica aos professores, à escola, à forma de ensinar e aprender</i>	49
□ Texto 4: “Professores, acordem!”	49
□ Texto 5: “Quem são os professores brasileiros?”	52
□ Texto 6: “A utopia sufoca a educação de qualidade”	55
3.3.3 <i>Exemplos educacionais que o Brasil deveria ou não deveria seguir no ensino básico e superior</i>	58
□ Texto 7: “Por que você não faz nada?”	58
□ Texto 8: “Vá pra China, Cid”	62
□ Texto 9: “Universidade gratuita para aluno rico é uma aberração brasileira”	65
□ Texto 10: “O que podemos copiar da educação chinesa?”	66
□ Texto 11: “Precisamos de educação diferente de acordo com a classe social”	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	75

1 APRESENTAÇÃO

Este estudo definiu como área de investigação o cenário educacional considerando o histórico do sistema educacional brasileiro, que passou por várias transformações, sobretudo a partir da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, CF/88), das mudanças ocorridas no sistema educacional (e suas bases legais) a partir da década de 1990 e as novas alterações de cenário, a partir de 2011 com as discussões sobre o Plano Nacional da Educação (PNE), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), além do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Essa reestruturação começou “muito lentamente e com grande retardo” (CASTRO, 2003, p. 63). As inovações que surgiram na área tecnológica e da aprendizagem culminaram em avanços que, embora não atendam de forma satisfatória às necessidades da sociedade brasileira, fizeram evoluir o conceito de desenvolvimento econômico e de formação intelectual, ampliando a qualidade de vida (ainda que de forma marginal) e promovendo mudanças positivas nas configurações sociais atuais. Conforme Santos e Silveira (2001) é na produção e funcionamento em um espaço impregnado de técnica, ciência e informação que a qualificação das pessoas se torna decisiva, e as demandas pelo ensino se tornam crescentes. Para Kishimoto (2011), toda socialização pressupõe apropriação da cultura, sendo compartilhada por toda a sociedade ou parte dela.

Em qualquer concepção, o desenvolvimento educacional deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhorias na qualidade de vida, ou seja, deve incluir as alterações do que compõe o produto e a “alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia)” (OLIVEIRA, 2002, p. 38).

Esse desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. No entanto, “a sociedade é permeada por interesses e conflitos que lhe forjam a história e, conseqüentemente, a cultura e a organização social” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 23). Esses conflitos de interesses também interferem na intensidade das mudanças socioeconômicas que se sucedem seletivamente, e que não representam o alcance de qualidade de vida ou de aprendizagem adquiridas.

Essa função de socialização e compartilhamento cultural é largamente alcançada através dos meios de comunicação. Foucault (1996) mostra que a produção do discurso, em todas as sociedades, é controlada, redistribuída e organizada por procedimentos que “têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (1996, p. 9). No entanto, o discurso não somente oculta ou manifesta o desejo, mas se torna objeto deste desejo; não se resume a um sistema de dominação, mas torna-se um motivo pelo qual se luta.

Embora o Brasil ainda não possa ser considerado um país culturalmente leitor, visto que, segundo o Portal Brasil (2014), somente 24% da população têm hábitos frequentes de leitura, a pesquisa mostra a predominância da televisão como meio de maior acesso informacional dos brasileiros, e entre a mídia escrita, o jornal responde por 21% dos leitores e as revistas por 13% do total deles. Ainda assim, entre as diversas opções de revistas disponíveis no mercado, uma que se destaca é a *Revista Veja*, a mais lida no país e a quarta em todo o mundo (VEJA, 2016).

Silva (2008, p. 418) afirma que “o poder de um veículo de comunicação - e de seu discurso - pode ser calculado pelo número de corações e mentes que cativa”. Nesse caso, a *Veja* possui uma representação significativa como formadora de opinião considerando seus 20 milhões de leitores no Brasil (VEJA, 2016). Moreira e Silva (2000, p. 23) esclarecem que formar opiniões em um meio de comunicação “é a veiculação de ideias que transmitem uma visão do mundo social vinculada aos interesses dos grupos situados em uma posição de vantagem na organização social”. É nessa apropriação de cultura, por meio da socialização, inclusive de opiniões, que estão inseridos alguns discursos e concepções, que influenciam a opinião das pessoas.

No entanto, é preciso analisar quem profere esses discursos e como os conceitos formados pelos veículos de comunicação apresentam os dados para o público. É preciso olhar, conforme sugere Silva (1999) para a ligação que cada autor do texto tem com o contexto que apresenta. Para Foucault (1996) há um jogo ambíguo de segredo e divulgação no discurso. O discurso é definido como a “qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (...); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso” (FOUCAULT, 1996, p. 39). A pessoa que transmite suas ideias ao público, o autor dos textos publicados (como os escritores da *Veja*), possui experiência na área que escreve? É formado nessa área? Possui um currículo de vida (*vitae*) com aprendizagens voltadas às opiniões que defende? Silva (1999, p. 23) diz que: “É no currículo [de experiências de vida em

relação ao que se fala] que se condensam relações de poder que são cruciais para o processo de formação de subjetividades sociais. Em suma, currículo, poder e identidades sociais estão mutuamente implicados. O currículo corporifica relações sociais”.

Embora essas afirmações permitam conceber o currículo de experiências pessoais como um aspecto de transmissão de conhecimentos, deve-se considerar que ele não é neutro, ao contrário, está impregnado de relações de poder e interesses, adequados ao meio cultural, social, político e econômico em que se insere o sistema educativo (MCLAREN, 2000). Dessa forma, a concepção de currículo é considerada um modelador de conhecimento, não por apresentar a visão real do contexto a ser avaliado, mas por transmitir o que é pertinente àquele tempo, àquela sociedade e àquele momento histórico. Por isso, faz-se importante compreender a justificativa para a escolha do tema desse estudo, como mostra o item a seguir.

1.2 JUSTIFICATIVA

Ao observar diferentes fontes (sobretudo na mídia impressa), na tentativa de identificar uma temática para elaboração deste estudo, observou-se que as defesas dos campos/temas da educação não são feitas por especialistas da área, com experiência vivida ‘no chão da sala’. Na leitura de diferentes revistas observou-se que os discursos mais acalorados são realizados por profissionais alheios aos fenômenos educacionais. Ou seja, abre-se assim uma possibilidade de investigação para justificar a temática de estudo. Essa constatação coaduna-se com uma inquietação pessoal dessa pesquisadora, que olhando para as experiências vividas, percebeu-se leitora e consumidora das ideias amplamente divulgadas pela revista *Veja*, da qual foi/é assinante a maior parte da vida. O crivo definitivo para a escolha do tema foi originado na aula do Professor Jéferson Dantas, na disciplina de Pesquisa em Educação II, que propôs uma discussão sobre o tema e oportunizou uma reflexão sobre os discursos midiáticos. Assim, optou-se pela temática, para questionar e verificar com maior cuidado, a origem e as concepções que formam o conceito de educação para essa mídia escrita.

Embora a concepção de educação atualmente alcance aspectos amplos e variados, e esteja associada ao desenvolvimento dos meios de comunicação, e às inovações tecnológicas, também auxilia o desenvolvimento de uma sociedade criando parâmetros de qualidade, diversificação e inovação, que substituem há muito a ordem

social pautada na produção de bens em escala e baixa flexibilidade da demanda (THEIS, 2001). A educação impacta no desenvolvimento econômico e social, porque faz surgir novas oportunidades de progresso.

O conhecimento gera os grandes avanços básicos de tecnologia que criam as condições de desequilíbrio nas quais são possíveis altos retornos e altas taxas de crescimento. O conhecimento permite que, de um momento para outro, coisas novas sejam feitas de novas maneiras. O automóvel e a linha de montagem mudaram o mundo. Velhas atividades podem ser executadas de maneiras tão diferentes que elas se transformam essencialmente em novos produtos. O microprocessador permite que um *laptop* faça qualquer coisa que os computadores IBM de grande porte podiam fazer há trinta anos (THUROW, 2001, p. 96).

Assim, a educação é considerada um fator que impulsiona inovações e o avanço tecnológico em geral, hoje, produtor da maior fonte de riqueza comercial. No entanto, deve-se avaliar se a educação não está sendo manipulada pelo discurso político e socialmente instaurado tanto quanto qualquer outro setor da sociedade. Perceber como e de que forma esse discurso é dirigido, pode oportunizar uma releitura do currículo (de formação acadêmica e de vida do autor), da intenção do discurso, e, sobretudo do entendimento da relação de poder sobre a implantação de uma visão social que se pretende aceita e defendida por todos, sobretudo política. Esse aparato justifica a aplicação prática da pesquisa estendendo seu papel social ao direito do cidadão em compreender a participação política que os discursos podem conter.

O presente estudo justifica-se ainda por aprimorar a formação pessoal da autora, que tem a oportunidade de colocar em prática os ensinamentos adquiridos durante a formação e alcançar maior compreensão e discernimento dos contextos estudados.

Nesse ínterim, observam-se os objetivos elaborados para o estudo, como segue.

1.3 OBJETIVOS

Os objetivos deste estudo abrangem dois contextos: o objetivo geral e os objetivos específicos:

1.3.1 Objetivo geral

Investigar em publicações semanais da *Revista Veja*, no período compreendido entre os anos 2011 a 2015, os discursos difundidos sobre a educação no Brasil.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Listar as edições da *Veja* que apresentam artigos voltados à educação no Brasil, escritos por Gustavo Ioschpe e identificar o principal enfoque;
- Reunir os textos por ideias centrais formando grupos de textos focais e selecionar textos que representem cada foco;
- Analisar os focos de argumentação/persuasão do discurso de Ioschpe.

1.4 PROBLEMATIZAÇÃO

O presente estudo investiga quais são as temáticas educacionais mais discutidas nos meios de comunicação, sobretudo na mídia escrita brasileira, voltando-se para o semanário da *Revista Veja*, entre os anos de 2011 e 2015. Geralmente, o aparato discursivo da mídia impressa e digital é permeado por teóricos da educação ou profissionais voltados à mídia, como atores, atrizes, apresentadores, e escritores de *best-sellers*, dentre outros. Pessoas que possuem muita visibilidade, mas que não apresentam, na maior parte das vezes, real experiência em sala de aula ou em atividades educacionais. Ainda assim, esses meios de comunicação conseguem alcançar de forma muito ampla diversos setores da sociedade, influenciando na formação de opinião sobre o governo, leis, situação educacional, economia *etc.*

Entre as ideias levantadas por esta investigação é importante destacar que não se pretende expor, condenar, julgar ou desmerecer a opinião dos autores dos textos publicados pela *Revista Veja*. O que se pretende é, avaliar os discursos acerca da educação brasileira e identificar como os dados e os argumentos são apresentados para a sociedade. Dessa forma, o presente projeto pretende responder à seguinte problemática:

Quais são as temáticas sobre educação apresentadas pelas reportagens selecionadas da Revista Veja considerando-se o cenário educacional brasileiro? Qual é a formação curricular do autor dos textos analisados e qual sua experiência real com a rotina educacional do país?

1.5 HIPÓTESES

Para Barth (2007) a mídia tem um papel central na sociedade como formadora de opinião pública, sobretudo na construção da imagem que as pessoas fazem da política. Os meios de comunicação costumam criar enquadramentos que ditam como a informação será selecionada e editada, ou eliminada/omitida, e muitas vezes é a única concepção que os eleitores têm da esfera política. Aldé (2003) entende que a construção cognitiva da realidade pelo público pode acontecer em relação à generalidade do esquema, à possibilidade de a explicação dada pelo meio de comunicação servir para enquadrar novas informações e quanto à repetição, que leva o receptor a incorporar reiteraões e rotinas cognitivas encontradas nas características discursivas das emissoras. Lima (2006) mostra que se um meio de comunicação dominante quer estabelecer um enquadramento cognitivo como realidade, basta divulgar mensagens que apresentam o mesmo argumento tantas vezes quanto possível.

Lima (2006, p. 12) apresenta sete teses sobre a relação da mídia e a política educacional:

1. A mídia ocupa papel central nas sociedades, em particular na esfera política;
2. Não há política nacional sem mídia;
3. A mídia está exercendo várias funções tradicionais dos partidos políticos;
4. A mídia alternou radicalmente as campanhas eleitorais;
5. A mídia se transformou, ela própria, em importante ator político;
6. As consequências históricas específicas do sistema de mídia no Brasil potencializaram o seu poder no processo político;
7. As características específicas da população brasileira potencializam o poder da mídia no processo político, sobretudo no processo eleitoral.

Sobre a mídia ter se transformado em importante ator político, Capelato e Prado (1980, p. 19) afirmam que ela “representa, por meio de seus órgãos, uma das instituições mais eficazes quanto à inculcação de ideias em relação a grupos estrategicamente reprodutores de opinião, caracterizando-se como polos de poder”. Por isso, o que se pressupõe neste estudo, *é que haja na Revista Veja um discurso uníssono de todos os seus autores sobre o sistema educacional no Brasil*, com a finalidade de influenciar na formação da opinião pública e alcançar notoriedade polemizando ou apresentando estratégias de ação para assuntos voltados à educação, atraindo para si um número cada vez maior de leitores e divulgando uma visão política da educação.

Aldé e Dias (1998, p. 86) afirmam que os meios de comunicação buscam “atribuir significados a um mundo complexo, sem sobrecarregar intelectualmente o indivíduo com a necessidade de comprovação, evidência e demonstração do processo de julgamento”. Ou seja, o público atém-se à coerência e facilidade de compreensão da explicação, e não, especificamente, à confirmação dos dados apresentados. Portanto, pressupõe-se também neste estudo *que as fontes de dados apresentadas nos artigos do semanário não são disponibilizadas no original e, que seus dados são simplificados para o leitor*, já que as influências advêm de um processo complexo de cultura e organização social e dos interesses relacionados à difusão desse discurso.

2 METODOLOGIA: FONTES E ANÁLISE DE DADOS

Considerando-se que para desenvolver esta pesquisa foi preciso selecionar uma fonte para recolher as informações, determinar um tempo de recolhimento para os dados, e limitar o número de textos da pesquisa, pode-se afirmar que a metodologia deste estudo possui abordagem qualitativa que; segundo Sampaio (2004), é adequada a problemas de pesquisa que requeiram flexibilidade e a estudos que contenham um número reduzido de informações. Silveira (2004) afirma que as pesquisas com método qualitativo ajudam a elucidar e a entender o contexto em que se passam os fatos.

O recolhimento dos dados foi feito por meio documental, que constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (LÜDKE; ANDRÉ, 1986). Após o levantamento dos dados, foi necessário determinar como seria analisado o material selecionado. Para alcançar resultados usou-se o método da análise de conteúdo, proposta por Bardin (1971). Nesse método, são selecionadas as respostas/partes do texto, chamadas de unidades de significado, que demonstram/relacionam o posicionamento do autor e, desta forma, codificam o material coletado, gerando, por conseguinte, gráficos, tabelas e quadros, construídos na planilha *Excel*, visando apontar os dados empíricos de forma clara e concisa.

A codificação corresponde a uma transformação do material – efetuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto, que podem servir de índice (BARDIN, 1971, p. 103).

Segundo Hinchman e Hinchman (1997) a análise de conteúdo identifica uma sequência/consequência, em que os eventos são selecionados, organizados, conectados e avaliados como significativos para um determinado público. Para interpretar esses dados, utilizou-se o método descritivo, que tem como característica “observar, registrar, analisar, descrever e correlacionar fatos ou fenômenos sem manipulá-los, procurando descobrir com precisão a frequência em que um fenômeno ocorre e sua relação com outros fatores” (MATTO; ROSSETTO JÚNIOR; BLECHER, 2003, p. 3). A análise também relaciona os dados à teoria consultada para este estudo, apoiando as inferências percebidas/encontradas.

No entanto, é preciso considerar que para fazer a seleção dos dados foi necessário observar alguns procedimentos, capazes de fazer cortes e encontrar a melhor forma de responder aos objetivos específicos. Sendo assim, observa-se no item a seguir como se deu esse processo.

2.1 SELEÇÃO DE DADOS

Este estudo possui um corte linear que aponta a escolha da Revista *Veja* como fonte de consulta para os dados, por ser o semanário de maior circulação nacional. Para selecionar suas publicações utilizou-se o *site* oficial da *Veja* (VEJA, 2016), cuja plataforma *on-line* publica e disponibiliza gratuitamente os exemplares da Revista na versão impressa.

No entanto, a análise precisou de um recorte temporal, já que não seria possível avaliar todas as publicações do semanário. Por isso, foram selecionados os textos publicados nos últimos cinco anos como período de pesquisa. Esse recorte temporal tem por base as mudanças ocorridas em alguns aspectos da educação brasileira em que muitos movimentos foram feitos em torno da temática da qualidade do ensino, entre os anos de 2011 e 2015, com medidas de relevância para o ensino no país, como o Plano Nacional da Educação (PNE), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Entre os dias 01 e 10 de setembro de 2016 pesquisou-se no *site* oficial da Revista *Veja* Online Acervo Digital¹ as publicações datadas de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2015 cujo tema se referia ao sistema educacional no Brasil. Para isso, utilizou-se como descritores para a pesquisa o termo: ‘educação de qualidade’. Após avaliar todas as publicações de 2015, observou-se que os dados de interesse para esta pesquisa estavam ligados ao termo educação de qualidade e considerando-se que havia necessidade de eliminar dos dados de busca alguns termos como Ministério da Educação e Ministro da Educação não foi usada a palavra “educação” de forma isolada como descritor; reduzindo, dessa forma, a extensão de dados a serem analisados como válidos para este estudo.

¹ Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/editions>. Acesso entre os dias 01 e 10 de setembro de 2016.

Durante o levantamento de dados inicial foram encontradas 263 publicações veiculadas entre 2011 e 2015, com o termo “educação de qualidade”. Alguns exemplares continham o termo de busca, mas como não se referiam à educação no Brasil (abordavam a qualidade da educação em países como Chile, China e Venezuela) foram desconsiderados como material válido, por não atender aos objetivos deste estudo. Desconsiderando ainda as propagandas institucionais publicadas pelo semanário, restaram 151 revistas que apresentavam a ocorrência do termo usado como palavra central de busca em relação ao Brasil, representando 57% do total de revistas. Destas, verificadas individualmente, 78 exemplares (52%) traziam artigos, entrevistas, reportagens ou estudos sobre a educação no Brasil.

O quadro 1 relaciona os 78 artigos publicados pela Revista Veja entre 01/01/2011 e 31/12/2015 sobre a educação no Brasil, identificando a edição da publicação, o dia, mês e ano, a página em que o artigo foi publicado, além do título e de seu respectivo autor.

Quadro 1 – Obras publicadas pela Veja entre 2011 e 2015 sobre a educação no Brasil

Ano	Edição	Data/Página	Título	Autores
2011	2200	19/01/2011 p. 24-25	“Como melhorara a educação brasileira - Parte final”	Gustavo Ioschpe
2011	2208	16/03/2011 p. 106-107	“Universalização da educação infantil: solução ou armadilha?”	Gustavo Ioschpe
2011	2211	06/04/2011 p. 116-117	“Trincheiras de bom ensino”	Roberta de Abreu Lima
2011	2212	13/05/2011 p. 104-105	“Hora de peitar os sindicatos”	Gustavo Ioschpe
2011	2217	18/05/2011 p. 19-23	“Entrevista: Jacob Palis Temos de acelerar o passo”	Mônica Weinberg e Roberta de Abreu Lima
2011	2219	01/06/2011 p. 21-25	“Entrevista: Evanildo Bechara Em defesa da gramática”	Roberta de Abreu Lima
2011	2222	22/06/2011 p. 103	“Pela transparência”	Renata Betti
2011	2225	13/07/2011 p. 108-112	“Precisamos de educação diferente de acordo com a classe social”	Gustavo Ioschpe
2011	2229	16/09/2011 p. 116-117	“A tensa relação entre famílias e escola”	Gustavo Ioschpe
2011	2234	14/09/2011 p. 96-97	“Você acha que as escolas particulares brasileiras são boas?”	Gustavo Ioschpe
2011	2235	21/09/2011 p. 92-96	“É preciso preencher a cabeça deles”	Filipe Vilicic e Helena Borges
2011	2238	12/10/2011 p. 116-117	“O rombo da educação é o cabide de empregos de 46 bilhões de reais”	Gustavo Ioschpe
2011	2241	02/11/2011 p. 166	“Aos pequenos, com carinho”	Júlia de Medeiros
2011	2242	09/11/2011 p. 155-156	“Só mais dinheiro não resolve”	Gustavo Ioschpe
2011	2248	21/12/2011 p. 124-136	“Armas de educação em massa”	Gustavo Ioschpe
2012	2250	04/01/2012 p. 78-80	“O que podemos copiar da educação chinesa?”	Gustavo Ioschpe
2012	2253	25/01/2012 p. 30-32	“Que tal fechar as escolas ruins?”	Gustavo Ioschpe

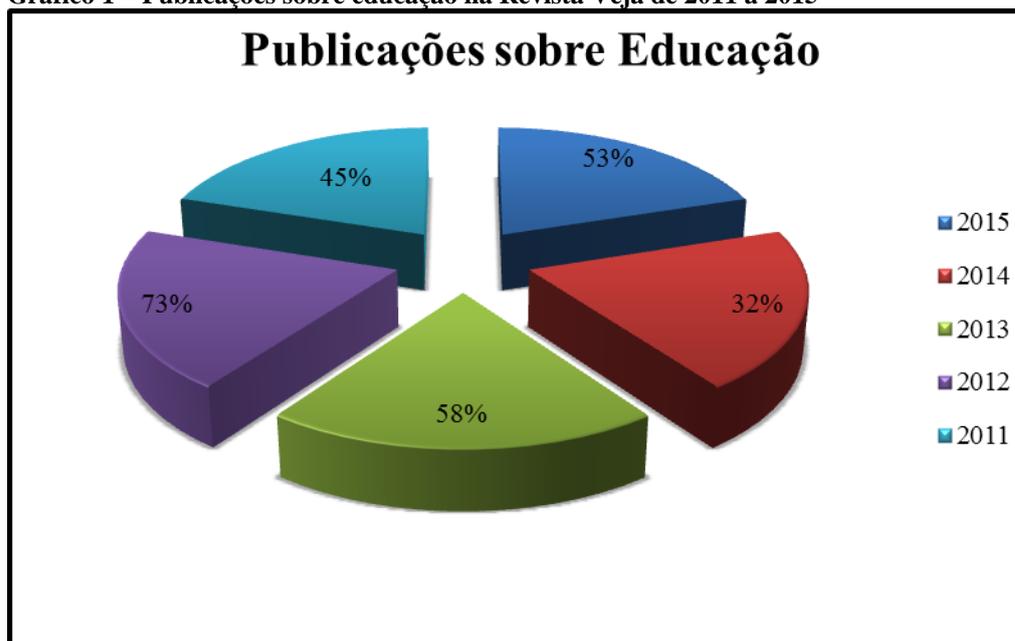
2012	2254	01/02/2012 p. 65-67	“O mundo de um novo ângulo”	Mônica Weinberg
2012	2255	08/02/2012 p. 24	“Pagar para não trabalhar”	Cláudio de Moura Castro
2012	2264	11/04/2012 p. 106-108	“A utopia sufoca a educação de qualidade”	Gustavo Ioschpe
2012	2264	11/04/2016 p. 116-118	“O dilema das aulas particulares”	Daniela Macedo
2012	2283	22/08/2012 p. 17-22	“Entrevista: João Batista Araújo e Oliveira Não precisamos de escolas-modelo”	Nathalia Goulart
2012	2284	29/08/2012 p. 70-72	“O grande erro das cotas”	Julia Carvalho
2012	2284	29/08/2012 p. 112-114	“O suicídio assistido das universidades federais e o boletim colorido da educação básica”	Gustavo Ioschpe
2012	2286	12/09/2012 p. 68-70	“Por que somos tão pouco ambiciosos?”	Gustavo Ioschpe
2012	2287	19/09/2012 p. 100	“E a conta não fechou”	Gabriele Jimenez
2012	2290	10/10/2012 p. 110-112	“O que os candidatos estão dizendo... E o que funciona mesmo”	Gustavo Ioschpe
2012	2296	21/11/2012 p. 132-133	“Quem são os professores brasileiros?”	Gustavo Ioschpe
2012	2297	28/11/2012 p. 168-172	“Famosos, milionários e professores”	Mônica Weinberg
2012	2298	05/12/2012 p. 26	“Medíocres distraídos”	Lya Luft
2012	2300	19/12/2012 p. 18-139	“A mágica da excelência”	Nathália Butti
2012	2301	26/12/2012 p. 70	“Nota vermelha para o ensino”	Nathália Butti
2013	2302	02/01/2013 p. 74-75	“Se eu fosse prefeito”	Gustavo Ioschpe
2013	2308	13/02/2013 p. 80-81	“Como identificar um bom professor”	Gustavo Ioschpe
2013	2310	27/02/2013 p. 22	“A boa escola”	Lya Luft
2013	2311	06/03/2013 p. 20	“A mágica da educação”	Cláudio de Moura Castro
2013	2313	20/03/2013 p. 112-113	“Lições para dar um salto”	Nathália Butti
2013	2318	24/04/2013 p. 98	“Boletim à vista”	Gabriele Jimenez
2013	2322	22/05/2013 p. 109-110	“Educação e tecnologia: o sarrafo subiu”	Gustavo Ioschpe
2013	2324	05/06/2013 p. 17-21	“Entrevista: Nuno Crato Contra a demagogia na escola”	Nathália Butti
2013	2326	19/06/2013 p. 96-98	“Afinal, a verdade existe?”	Gustavo Ioschpe
2013	2329	10/07/2013 p. 100-101	“Dados novos problema antigo”	Gustavo Ioschpe
2013	2331	24/07/2013 p. 32	“O problema da educação não é falta de dinheiro”	Maílson da Nóbrega
2013	2331	24/07/2013 p. 104-105	“Dilma, não desperdice nossos recursos nesse sistema educacional”	Gustavo Ioschpe
2013	2335	21/08/2013 p. 98-99	“Universidade gratuita para aluno rico é uma aberração brasileira”	Gustavo Ioschpe
2013	2343	16/10/2013 p. 98-99	“Seu valor é determinado por seu salário?”	Gustavo Ioschpe
2013	2343	16/10/2013 p. 114-115	“Como escolher a escola ideal?”	Daniela Macedo
2013	2345	30/10/2013 p. 122-124	“Só bolsa família não resolve: Richard Murnane”	Jadyr Pavão Júnior
2013	2347	13/11/2013 p. 19-23	“Entrevista: César Camacho Quanto mais competição melhor”	Helena Borges
2013	2347	13/11/2013 p. 26	“O PNE e as caboclinhas”	Cláudio de Moura Castro
2013	2349	27/11/2013 p. 130-136	“Prontos para conquistar o mundo”	Helena Borges
2013	2351	11/12/2013 p. 21-24	“Entrevista: Raul Henry”	Mônica Weinberg

2014	2361	19/02/2014 p. 82-84	“Como escolhi a escola dos meus filhos”	Gustavo Ioschpe
2014	2367	02/04/2014 p. 17-21	“Entrevista: Stephen Kosslyn A universidade do futuro”	Helena Borges
2014	2367	02/04/2014 p. 99-105	“Técnicos com muito orgulho”	Cecília Ritto e Cíntia Thomaz
2014	2372	07/05/2014 p. 19-23	“Entrevista: Cláudio Haddad O objetivo é doutrinar”	Mônica Weinberg
2014	2373	14/05/2014 p. 112-113	“Professores, acordem!”	Gustavo Ioschpe
2014	2379	25/06/2014 p. 22-23	“Educação: receita para não recuar”	Cláudio de Moura Castro
2014	2392	24/09/2014 p. 92-93	“Faltou fazer a lição de casa”	Cecília Ritto
2014	2392	24/09/2014 p. 94-95	“Os candidatos e a educação”	Gustavo Ioschpe
2014	2396	22/10/2014 p. 98-99	“Por uma lei de responsabilidade educacional”	Gustavo Ioschpe
2014	2397	29/10/2014 p. 110-111	“A vitória do mérito”	Mônica Weinberg
2015	2410	04/02/2015 p. 84-85	“Vá pra China, Cid”	Gustavo Ioschpe
2015	2411	04/02/2015 p. 66-67	“A receita do retrocesso”	Nathália Watkins
2015	2413	18/02/2015 p. 28-29	“Dilma Shiva ataca novamente”	Gustavo Ioschpe
2015	2416	11/03/2015 p. 82-83	“As pedras no caminho”	Cecília Ritto
2015	2421	15/04/2015 p. 84-86	“Muita coisa a melhorar”	Cecília Ritto e Hugo Pernet
2015	2422	22/04/2015 p. 100-101	“Cidade educadora”	Bianca Bibiano
2015	2428	10/06/2015 p. 80-81	“Sim, você pode ser bom aluno”	Mônica Weinberg
2015	2428	10/06/2015 p. 86-87	“Uma flor no lamaçal”	Gustavo Ioschpe
2015	2432	01/07/2015 p. 76-78	“Por que você não faz nada?”	Gustavo Ioschpe
2015	2435	22/07/2015 p. 20	“Pátria Madrasta”	Lya Luft
2015	2436	24/07/2015 p. 24	“A democracia e suas derrapagens”	Cláudio de Moura Castro
2015	2446	07/10/2015 p. 22	“Rumo errado na educação”	Maílson da Nóbrega
2015	2447	14/10/2015 p. 92	“Um para todos”	Cecília Ritto e Amanda Prado
2015	2448	21/10/2015 p. 24	“A grande heresia do simples”	Cláudio de Moura Castro
2015	2452	18/11/2015 p. 13-17	“Entrevista: Bernardo Toro A sociedade precisa exigir”	Mônica Weinberg
2015	2457	23/12/2015 p. 98-101	“E a história se repete”	Cecília Ritto e Amanda Prado

Fonte: Elaborado pela autora.

Para compreender quanto da produção encontrada foi validada e o número de publicações que corresponde a cada ano consultado, observa-se o gráfico 1.

Gráfico 1 – Publicações sobre educação na Revista Veja de 2011 a 2015



Fonte: Elaborado pela autora.

O ano com maior número de publicações sobre educação foi o ano de 2012 (com 73% do total de publicações referentes à educação de qualidade), seguido por 2013 (58%) e 2015 (53%), as produções de menor percentual são as dos anos 2011 (45%) e 2014 (32%). O ano de 2012 foi o de maior produção porque o sistema educacional brasileiro passou por várias transformações a partir de 2011, com as discussões sobre o Plano Nacional da Educação (PNE), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), além do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), culminando em maior produção sobre o tema. As 78 publicações selecionadas sobre educação no Brasil pertencem a 19 diferentes autores, conforme as identificações e quantidades apresentadas pelo quadro 2 que correspondem ao período de 01/01/2011 a 31/12/2015 e que também apontam a formação principal dos respectivos autores.

Quadro 2 – Autores e publicações sobre educação de 2011 a 2015 na Revista Veja

19 autores	Formação dos Autores	78 publicações
Gustavo Ioschpe	Economista	32
Mônica Weinberg	Jornalista da Veja	8
Cláudio de Moura e Castro	Economista e Articulista da Veja	6
Cecília Ritto + outros autores	Jornalista da Veja	6
Nathália Butti	Repórter da Veja	4
Lya Luft	Escritora	3
Helena Borges	Jornalista da Veja	3

Daniela Macedo	Repórter da Veja	2
Gabriele Jimenez	Repórter da Veja	2
Maílson da Nóbrega	Economista	2
Roberta de Abreu Lima	Jornalista da Veja	2
Bianca Bibiano	Repórter da Veja	1
Filipe Vilicic + Helena Borges	Jornalistas da Veja	1
Jadyr Pavão Júnior	Repórter e Editor da Veja	1
Júlia Carvalho	Repórter da Veja	1
Júlia de Medeiros	Jornalista da Veja	1
Nathália Goulart	Repórter da Veja	1
Nathália Watkins	Repórter da Veja	1
Renata Betti	Jornalista da Veja	1

Fonte: Elaborado pela autora.

Observa-se que o economista Gustavo Ioschpe foi o autor com maior número de publicações durante os últimos 5 anos, perfazendo um total de 32 publicações (41%). Em relação a esse autor e ao tema ‘educação de qualidade’ os demais autores possuem um número muito inferior de publicações. Mônica Weinberg, jornalista da Veja, que apresentou o segundo maior número de artigos, publicou 8 obras (10% das publicações) entre 2011 e 2015.

Quanto às profissões dos escritores, observa-se que 79% são jornalistas ou repórteres da Veja, 16% são economistas e 5% escritores. Nenhum dos autores dos textos selecionados com a ocorrência do descritor (educação de qualidade) é professor ou trabalha diretamente no sistema educacional brasileiro.

No entanto, para selecionar o material para a pesquisa, foi necessário ainda fazer outro recorte, dessa vez sistemático, em relação aos autores. Por isso, estabeleceu-se que seriam analisadas as publicações do autor de maior representatividade na Revista (Gustavo Ioschpe), considerando-se que após a leitura de todas as obras, os demais autores não diferiram, de forma significativa das ideias de Ioschpe e constantemente o citavam como referência das ideias defendidas. Observa-se que em 8 edições da Revista, foram publicados dois artigos sobre educação no Brasil no mesmo volume; sendo que uma das publicações de cada volume foi de Gustavo Ioschpe, e a outra, de um autor colega, reiterando as ideias de Ioschpe.

Para melhor compreender o universo que permeia o discurso do economista Gustavo Ioschpe, autor dos 32 textos determinados como fonte principal de consulta neste estudo, observa-se seu currículo *vitae*, como expõe o item a seguir.

2.2 GUSTAVO IOSCHPE

Gustavo Ioschpe nasceu em 1977, em Porto Alegre. É economista, com graduação em Ciência Política e em Administração Estratégica, pela Wharton School, na Universidade da Pensilvânia. Tem mestrado em Economia Internacional e Desenvolvimento Econômico, pela Universidade Yale, nos Estados Unidos da América (EUA). Sobre sua trajetória em relação à educação Ioschpe diz (2011, p. 1):

Comecei a pesquisar a área de educação quando fazia minha tese de formatura em Ciência Política. Interessava-me descobrir como a elite econômica brasileira havia conseguido capturar o Estado para que lhe concedesse um benefício que me parecia – e até hoje me parece – injusto: universidade gratuita mesmo para filhos de pais ricos. No meio desse processo, me dei conta de que havia algumas questões que precisavam de um “ferramental” intelectual que eu não dominava, e o assunto ficou adormecido. Alguns anos depois, fazia um mestrado em economia, quando acabei esbarrando em uma disciplina que nem sabia existir: economia da educação. Foi amor à primeira vista. [...] Intelectualmente foi uma grande alegria poder encontrar uma metodologia científica para resolver questões fascinantes que permaneciam inescrutáveis. Mas foi também assustador, pois duas coisas ficaram claras: as deficiências educacionais do Brasil eram tamanhas que inviabilizavam qualquer possibilidade de desenvolvimento de longo prazo do país, em primeiro lugar. Em segundo, a discussão sobre a educação no Brasil estava povoada por achismos e ideologias, totalmente blindada em relação aos achados de décadas de pesquisas sólidas, continuando a propagar os mesmos chavões e ideias feitas que eu ouvira quando criança. Desde então, venho escrevendo livros e artigos sobre esse assunto, tentando traduzir para o público leigo as conclusões de milhares de pesquisas, com a esperança de ajudar a mudar a dinâmica das nossas discussões e subsidiar aqueles pais, professores, alunos e políticos que querem fazer com que nossas escolas promovam o conhecimento e o avanço de seus alunos. Nesse tempo – e já se vão dez anos – a educação brasileira ainda não mudou na velocidade que o país precisa, mas a luta continua.

Aos 19 anos tornou-se colunista do jornal Folha de S. Paulo, e desde 2006 é colaborador da Revista Veja. Foi colaborador do Yale Daily News² e de outras revistas como Educação; República, Bravo! e Carta Capital³. Participa de organizações não-

² O *Yale Daily News* é o jornal da Universidade americana de Yale, que é publicado todo dia de segunda a sexta-feira. O YDN (como é chamado o Yale Daily News no campus da Universidade) é referenciado por ser o jornal diário estudantil mais antigo do país. Fundado em 1878, adquiriu uma reputação muito positiva nacionalmente e tem um *website* atualizado várias vezes ao dia.

³ A **Revista Educação** destina-se à publicação de trabalhos inéditos e originais na área de Educação, resultantes de pesquisas e práticas educativas refletidas teoricamente. A Revista é organizada em sessões de Dossiê, Demanda Contínua e Resenha. A **Revista República** era uma revista mensal brasileira de política, economia e cultura. Sua última edição circulou em junho de 2006. A **Revista Bravo!** Foi uma publicação mensal de cultura que manteve publicações entre 1997 e 2013 pela Editora Abril, volta em

governamentais brasileiras ligadas à área da educação. É membro fundador do ‘Compromisso Todos pela Educação’ e membro dos ‘Conselhos do Instituto Ayrton Senna’, ‘Instituto Ecofuturo’ (Grupo Suzano), ‘Fundação Ioschpe’ e ‘Fundação Padre Anchieta’, mantenedora da TV Cultura. Como palestrante, atua no Brasil e no exterior. Prestou consultoria para o Ministério da Educação sobre financiamento da educação e participou de audiência na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. Em maio de 2011, foi o especialista em educação convidado para acompanhar a "Blitz da Educação" do JN no Ar, série de cinco programas do Jornal Nacional que visitou 10 escolas em cinco municípios diferentes. Ioschpe é membro do Conselho de Administração do Grupo RBS, afiliada da TV Globo para o Sul do país (IOSCHPE, 2016).

É presidente e membro fundador do grupo G7 Investimentos, que atua na área de produção de conteúdo. Sua empresa mais famosa é a G7 Cinema, que produz documentários sobre clubes de futebol. Seu filme mais recente, "Absoluto - Internacional, Bicampeão da América", entrou para o Livro dos Recordes, por alcançar o maior número de pessoas em uma sessão de cinema, mais de 27 mil espectadores em um evento, em 7 de dezembro de 2010 (IOSCHPE, 2011).

Ioschpe também é autor de livros como “A ignorância custa um mundo – o valor da educação no desenvolvimento do Brasil”, vencedor do Prêmio Jabuti⁴, em 2005. A obra aborda a temática da educação brasileira através da economia da educação, área pouco conhecida no Brasil. Essa abordagem é composta por dois campos de estudo: entender a relação entre a educação e variáveis econômicas como crescimento econômico e distribuição de renda, e também utilizar as ferramentas da economia, especialmente a econometria, para medir de maneira rigorosa e quantitativa o impacto de diversas variáveis (como renda e nível educacional dos pais dos alunos; salário, educação e práticas de sala de aula dos professores; infraestrutura e outros fatores da escola) sobre os resultados da educação, especialmente a aprendizagem de alunos.

agosto de 2016 a circular em versão *on-line*. A **Revista Carta Capital** é uma revista semanal brasileira de informações gerais, publicada pela Editora Confiança. Procura dar uma visão aos acontecimentos da semana diferente das apresentadas pelos demais semanários e jornais.

⁴ É o mais importante prêmio literário do Brasil. Desde a primeira premiação, o Jabuti foi se aprimorando e, ao longo dos anos, foi ganhando novas categorias. Hoje contempla desde romances a livros didáticos e desde livros de ilustração a projetos gráficos. O escritor a receber mais vezes o prêmio foi Dalton Trevisan, premiado quatro vezes na categoria Conto, em 1960, 1965, 1995 e 2011. Em 2015 (obras publicadas entre 1o. de janeiro e 31 de dezembro de 2014) o Prêmio divide-se em 27 categorias.

Ioschpe também escreveu as obras “Como passar no vestibular da UFRGS” (1995) e “Vestibular não é o bicho” (1996) (IOSCHPE, 2016).

O que se verifica na consulta ao currículo do autor é que seu histórico não aponta para a existência de pesquisas na área educacional. Os pesquisadores brasileiros da comunidade educacional possuem um registro no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Esse órgão, criado em 1951, pela agência do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) é considerado uma das instituições mais sólidas na área de investigação científica e tecnológica entre os países em desenvolvimento (BRASIL, 2016). Gustavo Ioschpe não possui esse registro, o que implica em afirmar que suas obras circulam por outros espaços (econômicos e mercantis), que apresentam outros interesses que não os educacionais, da cidadania, da igualdade, da justiça.

3 AS IDEIAS E PROPOSTAS EDUCACIONAIS COMENTADAS

Para apresentar os dados levantados pela consulta ao *site* da Revista Veja, quanto aos artigos publicados entre 2011 e 2015, voltados à temática da educação no Brasil, foram considerados propósitos que motivaram a elaboração deste trabalho, desde o levantamento geral, correspondente ao período compreendido, até a seleção dos textos que foram submetidos a uma análise mais minuciosa.

3.1 A EDUCAÇÃO SEGUNDO IOSCHPE E O ENFOQUE DE SUAS DISCUSSÕES

Listar os textos publicados pelo economista Gustavo Ioschpe, na Revista Veja, falando sobre a educação no Brasil, e identificar o principal enfoque de cada um deles, vai responder a um dos objetivos específicos deste estudo. Para atendê-lo, observa-se, por meio do quadro 3, o ano da publicação, a edição em que foi publicado o artigo e o título de cada um dos textos de Ioschpe.

Quadro 3 – Ano, edição e título das publicações de Ioschpe entre 2011 e 2015

Ano	Edição	Título
2011	2200	“Como melhorar a educação brasileira - Parte final”
2011	2208	“Universalização da educação infantil: solução ou armadilha?”
2011	2212	“Hora de peitar os sindicatos”
2011	2225	“Precisamos de educação diferente de acordo com a classe social”
2011	2229	“A tensa relação entre famílias e escola”
2011	2234	“Você acha que as escolas particulares brasileiras são boas?”
2011	2238	“O rombo da educação é o cabide de empregos de 46 bilhões de reais”
2011	2242	“Só mais dinheiro não resolve”
2011	2248	“Armas de educação em massa”
2012	2250	“O que podemos copiar da educação chinesa?”
2012	2253	“Que tal fechar as escolas ruins?”
2012	2264	“A utopia sufoca a educação de qualidade”
2012	2284	“O suicídio assistido das universidades federais e o boletim colorido da educação básica”
2012	2286	“Por que somos tão pouco ambiciosos?”
2012	2290	“O que os candidatos estão dizendo... E o que funciona mesmo”
2012	2296	“Quem são os professores brasileiros?”
2013	2302	“Se eu fosse prefeito”
2013	2308	“Como identificar um bom professor”
2013	2322	“Educação e tecnologia: o sarrafo subiu”

2013	2326	“Afinal, a verdade existe?”
2013	2329	“Dados novos problema antigo”
2013	2331	“Dilma, não desperdice nossos recursos nesse sistema educacional”
2013	2335	“Universidade gratuita para aluno rico é uma aberração brasileira”
2013	2343	“Seu valor é determinado por seu salário?”
2014	2361	“Como escolhi a escola dos meus filhos”
2014	2373	“Professores, acordem!”
2014	2392	“Os candidatos e a educação”
2014	2396	“Por uma lei de responsabilidade educacional”
2015	2410	“Vá pra China, Cid”
2015	2413	“Dilma Shiva ataca novamente”
2015	2428	“Uma flor no lamaçal”
2015	2432	“Por que você não faz nada?”

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados.

Os 32 textos publicados por Ioschpe entre 2011 e 2015 possuem títulos bem variados e que não mostram, por si, a temática que o artigo irá apresentar. É preciso ingressar na leitura de cada texto para elucidar sua temática. Para compreender as principais abordagens do autor, sintetiza-se no quadro 4, a relação do título com o principal enfoque de cada texto.

Quadro 4 – Enfoque do autor a cada texto sobre educação

Ano	Título	Assunto/Enfoque
2011	“Armas de educação em massa”	Como a China alcançou o primeiro lugar no PISA
2011	“Só mais dinheiro não resolve”	Crítica Haddad e sua proposta socialista, o ENEM, o Pro Uni, e o investimento que não alcança retorno nos programas educacionais.
2011	“O rombo da educação é o cabide de empregos de 46 bilhões de reais”	A máquina da educação tem o dobro de funcionários do que de professores, o que equivale a aumentar o salário dos professores em 73%.
2011	“A tensa relação entre famílias e escola”	A ideia de expor a nota do IDEB para qualificar a escola, professor deve ensinar, e não suprir a carência afetiva negada pela família.
2011	“Você acha que as escolas particulares brasileiras são boas?”	Crítica ao desempenho das escolas particulares nos exames: o ensino brasileiro é ruim, o aluno do particular está apenas mais preparado para aprender.
2011	“Precisamos de educação diferente de acordo com a classe social”	Qualidade social é garantir conhecimentos necessários. Para os brasileiros divulgar o IDEB é não ser justo com as classes mais pobres, já que não alcançam resultados tão significantes (preconceito). Um país não pode ser mais rico do que as pessoas que o compõem.
2011	“Hora de peitar os sindicatos”	Os sindicatos advogam em causa própria, não do alunado.
2011	“Universalização da educação infantil: solução ou armadilha?”	É bom investir em qualidade educacional, mas, primeiro isso deve ser feito na educação básica atual, depois na pré-escola.
2011	“Como melhorar a educação brasileira - Parte final”	O papel do gestor das escolas públicas e passos para uma progressão qualitativa na escola e no ensino.
2012	“Quem são os professores brasileiros?”	O professor não escolhe a carreira por acaso, mas, se acomoda e não 'merece' ser criticado.

2012	“O que os candidatos estão dizendo... E o que funciona mesmo?”	Os candidatos que prometem melhorias vazias para a educação.
2012	“Por que somos tão pouco ambiciosos?”	Os brasileiros não aprendem a ser ambiciosos na escola, aqui prevalece a lei do malandro... E não do CDF.
2012	“O suicídio assistido das universidades federais e o boletim colorido da educação básica”	Crítica às cotas e aos resultados do ensino básico do IDEB: deve-se melhorar o ensino fundamental para garantir a inserção da população pobre nas universidades.
2012	“A utopia sufoca a educação de qualidade”	A missão da escola é ensinar disciplinas fundamentais, não resolver os problemas do Brasil.
2012	“Que tal fechar as escolas ruins?”	Crítica ao governo pelos cortes na educação superior, por que não fechar as escolas ruins de base? Melhor um profissional de quinta do que sem nenhuma formação.
2012	“O que podemos copiar da educação chinesa?”	A China (a melhor educação do mundo) se destaca por praticar a meritocracia, o coletivismo, o gradualismo e a abertura ao exterior.
2013	“Seu valor é determinado por seu salário?”	Compara o salário de diversas profissões ao de países desenvolvidos e afirma que a educação não precisa investir em salários para os professores.
2013	“Universidade gratuita para aluno rico é uma aberração brasileira”	Defende a cobrança de mensalidade de quem pode pagar: público é diferente de gratuito.
2013	“Dilma, não desperdice nossos recursos nesse sistema educacional”	Crítica aos 10% do PIB que o governo quer investir em educação.
2013	“Dados novos problema antigo”	Defende que a educação recebe investimentos suficientes, mas não apresenta melhores resultados.
2013	“Afim, a verdade existe?”	Afirma que a verdade científica e o seu rigor devem existir em sala de aula, e no governo.
2013	“Educação e tecnologia: o sarrafo subiu”	O professor não é analógico, a educação não melhora com os aparatos tecnológicos.
2013	“Como identificar um bom professor”	Estudo aplicado mediu a competência do professor, quem é bom, continua sendo bom em todas as turmas e rende aumento de salário na vida posterior do aluno.
2013	“Se eu fosse prefeito”	Passos para prefeitos melhorarem a educação nas cidades.
2014	“Por uma lei de responsabilidade educacional”	Uma receita para aplicar os recursos do FUNDEB de forma eficiente e anticorrupção.
2014	“Os candidatos e a educação”	Avaliação das propostas de governo dos candidatos à presidente para a educação.
2014	“Professores, acordem!”	Como os professores deveriam lutar, deixando de ser vitimizados.
2014	“Como escolhi a escola dos meus filhos”	Critérios para escolher uma boa escola para os filhos.
2015	“Uma flor no lamaçal”	Instituto Ayrton Sena, ensinar a ser paciente, perseverante, aberto e respeitador, projeto que sugere como modelo
2015	“Dilma Shiva ataca novamente”	O Fies para as universidades e a mudança das leis: como fica o aluno?
2015	“Vá pra China, Cid”	As lições da China para o Brasil, na educação de qualidade
2015	“Por que você não faz nada?”	O papel da família na escola e na política.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados.

Ao analisar os títulos, e observar o enfoque de cada um deles, é possível perceber que alguns assuntos são enfatizados e repetidos, de forma sistemática durante o mesmo ano e em anos posteriores ou anteriores, possibilitando o agrupamento de alguns títulos por assunto, como aponta o subitem a seguir.

3.2 O AGRUPAMENTO DE ENFOQUES E A SELEÇÃO DE TEXTOS

Organizando os textos de Ioschpe por temáticas de discussão, atende-se ao segundo objetivo específico deste estudo, que também prevê a seleção dos textos principais de cada grupo focal para discussão. Ao agrupar os temas centrais, consideram-se os preceitos de análise de conteúdo descritos por Bardin (1971) e observa-se a formação destacada de 3 grupos de abordagens: o primeiro volta-se às críticas à política brasileira e às propostas para a educação apresentadas pelos candidatos ao governo, as quais são analisadas pelo autor e para as quais apresenta sugestões; em seguida são citados exemplos educacionais que deveriam ou não ser seguidos pelo Brasil em se tratando do ensino básico e universitário; por último, são apresentadas críticas aos professores, à escola, e à forma de ensinar e aprender no Brasil. Por meio do quadro 5 apresenta-se essa divisão de enfoques reunindo os títulos de cada tema e apontando o ano de publicação de cada obra.

Quadro 5 – Agrupamento dos textos por título e temática de discussão

A política brasileira e as propostas para a educação analisadas e sugestões			
2212	2011	“Hora de peitar os sindicatos”	Os sindicatos advogam em causa própria, não do alunado.
2242	2011	“Só mais dinheiro não resolve”	Critica Haddad e sua proposta socialista, o ENEM, o Pro Uni, e o investimento que não alcança retorno nos programas educacionais.
2290	2012	“O que os candidatos estão dizendo... E o que funciona mesmo”	Os candidatos que prometem melhorias vazias para a educação.
2302	2013	Se eu fosse prefeito	Passos para prefeitos melhorarem a educação nas cidades.
2326	2013	“Afiml, a verdade existe?”	Afirma que a verdade científica e o seu rigor devem existir em sala de aula, e no governo.
2331	2013	“Dilma, não desperdice nossos recursos nesse sistema educacional”	Crítica aos 10% do PIB que o governo quer investir em educação.
2392	2014	“Os candidatos e a educação”	Avaliação das propostas de governo dos candidatos à presidente para a educação.
2396	2014	“Por uma lei de responsabilidade educacional”	Uma receita para aplicar os recursos do FUNDEB de forma eficiente e anticorrupção.
2413	2015	“Dilma Shiva ataca novamente”	O Fies para as universidades e a mudança das leis: como fica o aluno?
Os exemplos educacionais que o Brasil deveria e não deveria seguir no ensino básico e superior			
2200	2011	“Como melhorar a educação brasileira - Parte final”	O papel do gestor das escolas públicas e passos para uma progressão qualitativa na escola e no ensino.
2208	2011	“Universalização da educação infantil: solução ou armadilha?”	É bom investir em qualidade educacional, mas, primeiro isso deve ser feito na educação básica atual, depois na pré-escola.
2225	2011	“Precisamos de educação diferente de acordo com a classe social”	Qualidade social é garantir conhecimentos necessários. Para os brasileiros divulgar o IDEB é não ser justo com as classes mais pobres, já que não alcançam resultados tão

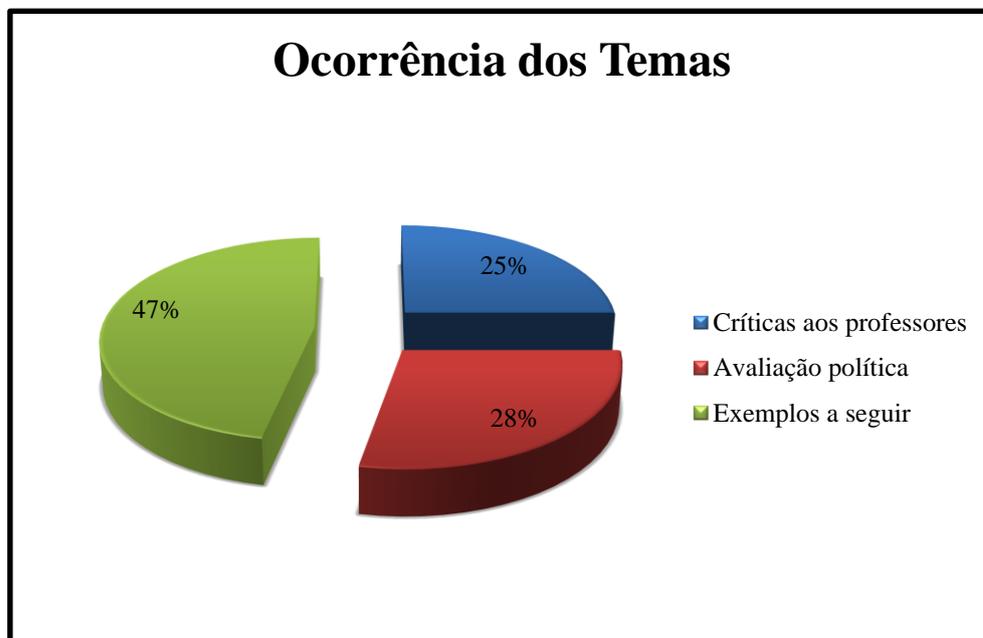
			significantes (preconceito). Um país não pode ser mais rico do que as pessoas que o compõem.
2229	2011	“A tensa relação entre famílias e escola”	A ideia de expor a nota do IDEB para qualificar a escola, professor deve ensinar, e não suprir a carência afetiva negada pela família.
2234	2011	“Você acha que as escolas particulares brasileiras são boas?”	Crítica ao desempenho das escolas particulares nos exames: o ensino brasileiro é ruim, o aluno do particular está apenas mais preparado para aprender.
2248	2011	“Armas de educação em massa”	Como a China alcançou o primeiro lugar no PISA.
2250	2012	“O que podemos copiar da educação chinesa?”	A China (a melhor educação do mundo) se destaca por praticar a meritocracia, o coletivismo, o gradualismo e a abertura ao exterior.
2253	2012	“Que tal fechar as escolas ruins?”	Crítica ao governo pelos cortes na educação superior, por que não fechar as escolas ruins de base? Melhor um profissional de quinta do que sem nenhuma formação.
2284	2012	“O suicídio assistido das universidades federais e o boletim colorido da educação básica”	Crítica às cotas e aos resultados do ensino básico do IDEB: deve-se melhorar o ensino fundamental para garantir a inserção da população pobre nas universidades.
2329	2013	“Dados novos problema antigo”	Defende que a educação recebe investimentos suficientes, mas não apresenta melhores resultados.
2335	2013	“Universidade gratuita para aluno rico é uma aberração brasileira”	Defende a cobrança de mensalidade de quem pode pagar: público é diferente de gratuito.
2361	2014	“Como escolhi a escola dos meus filhos”	Critérios para escolher uma boa escola para os filhos.
2410	2015	“Vá pra China, Cid”	As lições da China para o Brasil, na educação de qualidade.
2428	2015	“Uma flor no lamaçal”	Instituto Airton Sena, ensinar a ser paciente, perseverante, aberto e respeitador, projeto.
2432	2015	“Por que você não faz nada?”	O papel da família na escola e na política.
Crítica aos professores, à escola, à forma de ensinar e aprender			
2238	2011	“O rombo da educação é o cabide de empregos de 46 bilhões de reais”	A máquina da educação tem o dobro de funcionários do que de professores, o que equivale aumentar o salário dos professores em 73%.
2264	2012	“A utopia sufoca a educação de qualidade”	A missão da escola é ensinar disciplinas fundamentais, não resolver os problemas do Brasil.
2286	2012	“Por que somos tão pouco ambiciosos?”	Os brasileiros não aprendem a ser ambiciosos na escola, aqui prevalece a lei do malandro... E não do CDF.
2296	2012	“Quem são os professores brasileiros?”	O professor não escolhe a carreira por acaso, mas, se acomoda e não 'merece' ser criticado.
2308	2013	“Como identificar um bom professor”	Estudo aplicado mediu a competência do professor, quem é bom, continua sendo bom em todas as turmas e rende aumento de salário na vida posterior do aluno.
2322	2013	“Educação e tecnologia: o sarrafo subiu”	O professor não é analógico, a educação não melhora com os aparatos tecnológicos.
2343	2013	“Seu valor é determinado por seu salário?”	Compara o salário de diversas profissões ao de países desenvolvidos e afirma que a educação não precisa investir em salários para os professores.
2373	2014	“Professores, acordem!”	Como os professores deveriam lutar, deixando de ser vitimizados.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados.

Esses agrupamentos textuais permitem observar que o discurso de Ioschpe afirma e reafirma, em edições que se repetem em diferentes anos, as mesmas temáticas,

ou seja, as mesmas ideias e/ou ideias educacionais. Para compreender em qual temática há maior número de textos e como se dividem em percentual essas abordagens, observa-se o gráfico 2.

Gráfico 2 – Incidência das temáticas abordadas pelo autor



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados.

O maior indicador de percentual das abordagens de Ioschpe (47%) está voltado aos exemplos que o Brasil deveria ou não deveria seguir para reformular seu plano de ensino, a saber:

- Como a China alcançou o primeiro lugar segundo a avaliação do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes ou *Programme for International Student Assessment (PISA)*.
- Que iniciativas, a partir das atitudes educacionais que o Brasil tem assumido deveriam ser disseminadas: o autor exemplifica com as iniciativas pelo Instituto Airton Senna.
- Que iniciativas, a partir das atitudes educacionais que o Brasil tem adotado deveriam ser eliminadas: como as cotas das universidades – que seriam automaticamente eliminadas se a população tivesse ensino fundamental de qualidade; a gratuidade no ensino superior público, sendo que o mesmo

deveria ser cobrado de quem pode pagar; o investimento em massa na pré-escola, previsto pelas políticas brasileiras;

- Como deveria ser a gestão escolar, e como as atitudes do gestor podem contribuir para formar uma equipe capaz de alcançar uma progressão qualitativa na escola e no ensino;
- As atitudes adotadas pela China e que poderiam ser copiadas pelo Brasil.

As críticas que o autor apresenta aos programas educacionais desenvolvidos no Brasil apontam para aquilo que o país deveria evitar de gastos no sistema educacional (investimentos que o autor considera improdutivos). Ioschpe apresenta sugestões para novas formas de aplicação desse dinheiro público.

- Quanto à crítica aos programas educacionais brasileiros, o autor afirma ser papel da família cobrar qualidade no ensino, salientando como se sentem as famílias e alunos após a decisão do governo de reduzir as verbas do FIES; ele faz sugestões de como deveriam ser empregados os recursos existentes.
- Crítica a corrupção e apoia a publicação do índice do IDEB alcançado em cada escola, por meio de lei, afirmando que o Brasil se apoia na ideia errônea de que as classes mais pobres não podem ser humilhadas, por não alcançarem resultados tão significantes no IDEB. Isso apenas reforça o preconceito social, pois, para o autor, qualidade social é garantir os conhecimentos necessários para todos. Não apontar o índice de resultados do IDEB é corroborar com a inércia, apoiar a não necessidade de mudar. Carência afetiva deve ser resolvida pelos pais e não por professores, cuja função é ensinar conteúdos e não minimizar as dificuldades afetivas dos alunos.
- Ioschpe critica também o desempenho das escolas particulares no IDEB. Segundo ele, o ensino brasileiro é ruim, o aluno da escola particular está apenas melhor preparado para aprender. Estabelece o autor alguns critérios a serem observados pelos pais quando precisarem escolher uma escola para matricular seus filhos. Nesse aspecto, sugere partir da nota alcançada pela instituição no IDEB.

O segundo maior índice das publicações de Ioschpe (28%) está voltado à avaliação política dos planos e propostas de governo, tanto no período das eleições, quanto após e durante o governo. Muitas propostas e atitudes são duramente criticadas por Ioschpe, sobretudo porque ele analisa os dados sempre comparando as iniciativas governamentais com modelos de sucesso, sobretudo da China, e comprova seus dados apoiando-se em cálculos matemáticos. Seu principal enfoque é por em xeque, com dados e cálculos econômicos, os projetos do governo relativos à aplicação de mais recursos na educação do país, já que, segundo ele, isso não vai garantir melhorias na qualidade do ensino. Também afirma que a função dos sindicatos não tem sido advogar pelos alunos ou professores, e sim em causa própria. Em termos políticos, critica a maior parte das ações governamentais voltadas à educação.

Dentre as publicações de Ioschpe 25% delas estão suas críticas aos professores, à escola, e à forma de ensinar e aprender. A mais ferrenha está voltada ao desempenho do professor e sua ‘vitimização’. Ioschpe afirma que o professor reconhece que escolheu a profissão, reclama que não é valorizado pela sociedade e que é criticado injustamente, mas nada faz para mudar esse quadro. Afirma que os profissionais do ensino brasileiro não ganham pouco, quando comparados ao PIB do país e ao volume de gastos com o sistema educacional. Apresenta números de outros países, sempre pautados no volume do PIB e equiparados ao PIB brasileiro, comprovando o número idêntico dos salários dos docentes. Diz ainda que os aparatos tecnológicos não garantem qualidade na sala de aula, e que não é por não dominá-los ou por não os ter disponíveis na escola que o professor não obtém sucesso em sua forma de ensinar. Usa a China como exemplo disso. Também reforça que há muitos professores bons, mas que isso não aparece, não é divulgado. Embora todos tenham tido um professor bom ao longo da vida, é difícil classificar as competências de um bom professor. O que se sabe, segundo pesquisas, é que bons professores são bons em qualquer espaço e com qualquer tipo de aluno. Ele aponta ainda que a educação tem o dobro de funcionários do que de professores, e que o valor gasto pela máquina do funcionalismo público poderia servir para aumentar o salário dos professores em 73%, apenas considerando o excedente desse número quando comparado a outros países. No que concerne à forma de ensinar e aprender, Ioschpe diz que os brasileiros não aprendem a ser ambiciosos na escola. No país prevalece a lei do malandro e não do CDF (crânio de ferro). A função da escola, para o autor, é ensinar e não resolver os problemas do Brasil.

Assim, com base nos artigos do autor, selecionou-se 11 textos (cerca de 35% do total de textos publicados), sendo 33% de cada grupo focal (exceto o grupo sobre exemplos educacionais que o Brasil deveria e não deveria seguir, que abrange 38% das obras). Para exemplificar as principais ideias discutidas pelo autor, apresenta-se o quadro 6, a seguir.

Quadro 6 – Os textos que representam as ideias do autor em cada grupo focal, título e temática

A política brasileira e as propostas para a educação			
2331	2013	“Dilma, não desperdice nossos recursos nesse sistema educacional”	Crítica aos 10% do PIB que o governo quer investir em educação
2392	2014	“Os candidatos e a educação”	Avaliação das propostas de governo dos candidatos à presidente para a educação
2413	2015	“Dilma Shiva ataca novamente”	O Fies para as universidades e a mudança das leis: como fica o aluno?
Crítica aos professores, à escola, à forma de ensinar e aprender			
2264	2012	“A utopia sufoca a educação de qualidade”	A missão da escola é ensinar disciplinas fundamentais, não resolver os problemas do Brasil
2296	2012	“Quem são os professores brasileiros?”	O professor não escolhe a carreira por acaso, mas, se acomoda e não 'merece' ser criticado
2373	2014	“Professores, acordem!”	Como os professores deveriam lutar, deixando de ser vitimizados
Os exemplos educacionais que o Brasil deveria e não deveria seguir			
2225	2011	“Precisamos de educação diferente de acordo com a classe social”	Qualidade social é garantir conhecimentos necessários. Para os brasileiros divulgar o IDEB é não ser justo com as classes mais pobres, já que não alcançam resultados tão significantes (preconceito). Um país não pode ser mais rico do que as pessoas que o compõem
2250	2012	“O que podemos copiar da educação chinesa?”	A China (a melhor educação do mundo) se destaca por praticar a meritocracia, o coletivismo, o gradualismo e a abertura ao exterior
2335	2013	“Universidade gratuita para aluno rico é uma aberração brasileira”	Defende a cobrança de mensalidade de quem pode pagar: público é diferente de gratuito
2410	2015	“Vá pra China, Cid”	As lições da China para o Brasil, na educação de qualidade
2432	2015	“Por que você não faz nada?”	O papel da família na escola e na política

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados.

Os textos selecionados formam uma clara ideia dos principais enfoques defendidos por Gustavo Ioschpe a partir de cada grupo de textos. Eles condensam as discussões que permeiam os demais textos do mesmo enfoque. Dessa maneira, analisa-se cada grupo de textos separadamente, iniciando pelo contexto político dos artigos, apresentando uma curta revisão sobre a intenção do texto político-jornalístico e o que visam seus argumentos.

3.3 OS FOCOS TEXTUAIS E SEUS ARGUMENTOS

Para atender ao terceiro objetivo específico busca-se: “analisar os focos de argumentação do discurso de Ioschpe”. Cabe inicialmente destacar que nenhum discurso é neutro. Assim, é preciso esclarecer que o jornalismo usa argumentos de convencimento e procura informar para formar opinião, justificando tratar-se de “notícias fundamentadas nos princípios da verdade, objetividade e imparcialidade” (GONZALES, 2003, p. 22).

Quando se analisa a linguagem publicitária e/ou jornalística quase sempre se fala em manipulação. Deve-se considerar que a linguagem jornalística usa recursos estilísticos e argumentativos da linguagem cotidiana: “Falar é argumentar, é tentar impor. [...] Há uma base informativa que, manipulada, serve aos objetivos do emissor. A diferença está no grau da consciência quanto aos recursos utilizados para o convencimento” (CARVALHO, 2000, p. 9).

É mister reconhecer que os discursos da mídia são permeados por interesses políticos. Guazina (2007, p. 53) afirma: “Os meios de comunicação deixaram de ser entendidos como canais e passaram a ser vistos como potenciais construtores de conhecimento, responsáveis pelo agendamento de temas públicos e formadores de compreensão sobre mundo e política”. Um partido ou um candidato a governante comumente recebe apoio da imprensa, o que lhe possibilita a construção de uma imagem avalizada pelo prestígio da emissora que o defende/apoia:

A posição assumida por candidatos no decurso de um processo eleitoral e o modo como informações e notícias são transmitidas ou veiculadas *na e pela* imprensa permitem a construção de *Cenários de Representação Política* que podem ou não ser adequados a determinados partidos e candidatos (FONTOURA, 2002, p. 14-15, grifos da autora).

Para conseguir respeito e conquistar apoiadores para sua forma de pensar, os textos publicados nas mídias se valem da repetição e da simplificação dos dados, construindo conceitos a partir de conclusões montadas por uma sequência geralmente amparada em argumentos não detalhados. Nas palavras de Aldé (2001, p. 25): “As pessoas operam cognitivamente recorrendo a repertórios relativamente constantes de exemplos [...] a tendência é incorporar aos esquemas explicativos apenas a conclusão ou a moral de uma sequência de fatos, descartando os detalhes”.

Nesse aspecto, os elementos discursivos buscam um espaço simbólico no imaginário social. O conceito se desdobra em “cenário como espaço onde a ação se desenvolve” em “representação, significando não só representar a realidade, mas também constituí-la” (LIMA, 2004, p. 181-182). Ou seja, a forma como os dados são expostos pode alterar o cenário imaginário do leitor e incutir-lhe novas representações da realidade.

Nesse contexto, os textos de Ioschpe sugerem que suas fontes de pesquisas são expressivas, mas, ao analisar os dados de cada um dos 11 textos selecionados, observa-se que o autor cita argumentos embasados em estudos publicados em seu *twitter*. Para melhor compreensão dos argumentos utilizados, vale a pena observar a relação de alguns argumentos com suas fontes, conforme descreve Ioschpe em seus artigos. (quadro 7).

Quadro 7 – Fontes de embasamento dos argumentos

Título do Texto	Argumento	Fonte
“Por que você não faz nada?” (2015, p. 76-78).	O grupo que publica a revista <i>The Economist</i> , [...] na edição de 2014.	<i>Twitter</i> do autor
“Dilma Shiva ataca novamente” (2015, p. 28-29).	Nossa taxa bruta de matrículas no ensino superior está em 37%, nos países desenvolvidos é de 76%.	<i>Twitter</i> do autor
“Vá pra China, Cid” (2015, p. 84-85).	<i>O autor não cita pesquisas ou embasamentos para suas afirmações.</i>	Não há
“O que podemos copiar da educação chinesa?” (2015, p. 78-80)	Relato da minha viagem à China, feita com o objetivo principal de conhecer o sistema educacional da província de Xangai, que conquistou o primeiro lugar no mundo no último Pisa, o teste de qualidade educacional mais relevante da atualidade.	Visita do autor à China
“Os candidatos e a educação” (2014, p. 94-95).	A primeira diretriz do candidato do PSDB (Aécio) [...] Na sequência das diretrizes (links para os programas estão em...).	<i>Twitter</i> do autor
“Professores, acordem!” (2014, p. 112-113).	Aos filocubanos, saibam que o salário mensal de um professor lá é de aproximadamente 28 dólares por mês. Isso mesmo, 28 dólares.	Não cita a fonte
	Os pais de alunos da escola pública vão entender o que hoje só os estudiosos da área sabem: que não há relação entre valor investido em educação – entre eles o salário de professor – e o aprendizado dos alunos.	Não cita quem são os estudiosos
“Universidade gratuita para aluno rico é uma aberração brasileira” (2013, p. 98-99).	Presumi que essas pessoas poderiam continuar pagando mensalidades iguais às das melhores universidades privadas (explicações mais detalhadas dos cálculos estão em...).	<i>Twitter</i> do autor
“Dilma, não desperdice nossos recursos nesse sistema	O Brasil não gasta pouco em educação. Como mostram os dados do levantamento mais respeitado na área, o <i>Education at a Glance</i> de 2013.	Não cita o endereço para consulta

educacional” (2013, p. 104-105).	Dados da Unesco.	<i>Twitter</i> do autor
“A utopia sufoca a educação de qualidade” (2012, p. 106-108).	Nossas escolas conseguem dar conta desse recado? A resposta é, definitivamente, não.	Avaliações nacionais e internacionais (não cita quais)
	Não conheço nenhum estudo que demonstre o impacto de uma educação filosoficamente inclusiva sobre o bem-estar das pessoas. Mas, há vários estudos empíricos sobre a desigualdade no Brasil. O que eles informam é assustador: o fator número 1 na explicação das desigualdades de renda é, de longe, a desigualdade educacional.	<i>Twitter</i> do autor
“Quem são os professores brasileiros?” (2012, p. 132-134)	É para isso não quero usar a minha opinião, mas dar voz aos próprios professores. Os dados que vêm a seguir são extraídos de questionários respondidos por professores da rede pública brasileira, em um caso para compor um “Perfil do Professor Brasileiro”, da Unesco, em outro, em pesquisa Ibope para a Fundação Victor Civita e, finalmente, na Prova Brasil de 2009.	(a última com microdados disponíveis. A íntegra dos três pode ser encontrada em...). <i>Twitter</i> do autor
“Precisamos de educação diferente de acordo com a classe social” (2011, p. 108-112)	Relatório recente da OCDE (disponível em...)	<i>Twitter</i> do autor

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados.

Constata-se igualmente que o autor menciona seu *twitter* ou outras fontes de pesquisa, mas, não disponibiliza a fonte original de dados. Ele as resume aos dados que disponibiliza em seu *twitter*. Embora cite estudos nacionais e internacionais, a fonte de consulta é no endereço que ele próprio disponibiliza. Assim, a teoria crítica sobre o papel da mídia se confirma, reiterando o que diz Aldé (2001, p. 25): “a tendência é incorporar aos esquemas explicativos apenas a conclusão ou a moral de uma sequência de fatos, descartando os detalhes”. Embora não se possam apresentar dados consistentes sobre isso, acredita-se que poucos leitores terão tempo (ou sentirão necessidade) de se aprofundar na temática ou de confirmar os dados consultando a fonte de pesquisa sugerida pelo autor, o que reitera a função de convencimento dos argumentos apresentados.

Outra forma de reforço usado pela revista e pelo autor para destacar as mensagens diz respeito aos chamados ‘olho da reportagem’, ou seja, partes do texto ou opinião do autor são destacadas em letras maiores na página. Esses destaques visam chamar a atenção para o texto em si e despertar a curiosidade do leitor pelo assunto. Eles também objetivam resumir as ideias centrais do artigo. Para ilustrar esses destaques, elencam-se as partes do texto (quadro 8).

Quadro 8 – Informações destacadas nos artigos analisados

Título do Artigo	Destaques do Artigo
<p>“Precisamos de educação diferente de acordo com a classe social”</p> <p>(2011, p. 108-112)</p>	<p>“Os pais acham (em sua maioria) que a escola de seus filhos é muito melhor do que ela realmente é. Não é possível esperar uma mobilização da sociedade em prol da educação enquanto houver esse engano”.</p> <p>“NASCE UMA LEI A sugestão que fiz em Veja recebeu grande acolhimento e deu origem a dois projetos de lei, de autoria dos deputados Edmar Arruda e Ronaldo Caiado, que já chegaram à Comissão de Educação da Câmara, na qual serão relatados por Lelo Coimbra”.</p> <p>“Quando alguém defende a escola de tempo integral porque tira a criança da rua ou do contato com os amigos e familiares, é como se os pobres fossem bárbaros e a função da escola fosse civilizar a bugrada”.</p> <p>“A MISTIFICAÇÃO de que, para o aluno pobre, o objetivo principal é estar na escola e de que aprender é um bônus precisa ser combatida”.</p> <p>“Quando o aluno sair da escola e for buscar um emprego, não pode dizer: “Não sei a tabuada, não falo inglês nem sei o que é pretérito imperfeito, mas o senhor deveria me contratar porque nasci numa favela””.</p> <p>“O EXEMPLO ASIÁTICO A China mostra que a ideia de que não pode haver educação de alto nível em cenário de pobreza é balela. No último Pisa, a província chinesa de Xangai, que tem nível de renda per capita muito parecida com o brasileiro, deu um show”.</p>
<p>“O que podemos copiar da educação chinesa?”</p> <p>(2012, p. 78-80)</p>	<p>“EXAME MÉDICO Os estudantes chineses são examinados todos os anos. No Brasil, poucas escolas se preocupam com a saúde”.</p> <p>“ABERTURA PARA O MUNDO Os chineses aprendem que conhecimento não tem pátria nem bandeira”.</p>
<p>“Quem são os professores brasileiros?”</p> <p>(2012, p. 132-134)</p>	<p>“As pessoas que optam pela carreira de professor são derrotadas. Pelo contrário, são profundamente idealistas. Querem mudar o mundo, mudando a vida de seus alunos”.</p> <p>“O “DIÁRIO DE CLASSE” Isadora Faber, de 13 anos, mostrou as mazelas de sua escola e quase foi processada por professores”.</p> <p>“Os brasileiros não podem retirar os maus professores do cargo, pois a maioria tem estabilidade no emprego. Mas tampouco podem tolerar seu imobilismo”.</p>
<p>“A utopia sufoca a educação de qualidade”</p> <p>(2012, p. 106-108).</p>	<p>“Se a diferença que mais impacta a qualidade de vida das pessoas é a renda, e se a fonte principal de renda é o trabalho, então precisamos de um sistema educacional que coloque ricos e pobres em igualdade de condições para concorrer no mercado de trabalho”.</p> <p>“AS AULAS DE CIÊNCIAS E as de português e matemática são as que vão fazer a diferença positiva na vida dos jovens quando eles chegarem ao mercado de trabalho”.</p> <p>“A MISSÃO DA BOA ESCOLA É ensinar as disciplinas fundamentais aos alunos, e não tentar corrigir as desigualdades do Brasil”.</p>
<p>“Dilma, não desperdice nossos recursos nesse sistema educacional”</p> <p>(2013, p. 104-105).</p>	<p>“O investimento por aluno no sistema educacional brasileiro, quando comparado ao nível de renda do nosso país, é basicamente o mesmo registrado nos países desenvolvidos”.</p> <p>“Dizem que no Brasil a educação só melhora se tiver 10% do PIB,...mas ela já funciona bem em países que gatam muito menos”.</p>
<p>“Universidade gratuita para aluno rico é uma aberração brasileira”</p> <p>(2013, p. 98-99).</p>	<p>“O fato de ser público não tem relação com gratuidade. Mais decisiva que o valor arrecadado ou o fim de uma injustiça social, a cobrança de mensalidades nas faculdades públicas permitirá sanar distorções do nosso modelo de ensino superior”.</p> <p>“FORAM APROVADOS, E VÃO PAGAR Na maioria dos países desenvolvidos, como França, Itália, Canadá e Japão (foto), as universidades públicas cobram mensalidades”.</p>
<p>“Universidade gratuita para aluno rico é uma aberração brasileira”</p>	<p>“O fato de ser público não tem relação com gratuidade. Mais decisiva que o valor arrecadado ou o fim de uma injustiça social, a cobrança de mensalidades nas faculdades públicas permitirá sanar distorções do nosso modelo de ensino superior”.</p> <p>“FORAM APROVADOS, E VÃO PAGAR Na maioria dos países</p>

(2013, p. 98-99).	desenvolvidos, como França, Itália, Canadá e Japão (foto), as universidades públicas cobram mensalidades”.
“Professores, acordem!” (2014, p. 112-113).	“Caros professores: vocês se meteram em uma enrascada. Há décadas, a liderança de vocês vem construindo um discurso de vitimização. A imagem que vocês vendem não é a de profissionais competentes, mas a de coitadinhos, estropiados e maltratados”.
	“GREVE DE PROFESSORES Muitos gostam do modelo cubano, mas esquecem que lá o salário mensal de um professor é de aproximadamente 28 dólares”.
“Os candidatos e a educação” (2014, p. 94-95).	“Combinando a análise do passado e os planos de futuro, faço a minha leitura da relação dos candidatos à Presidência com a área da educação. Minha avaliação, porém, não é uma declaração de voto”.
	“CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS A educação foi uma das poucas áreas em que o governo Dilma Rousseff apresentou progressos”.
“Vá pra China, Cid” (2015, p. 84-85).	“Também na educação não é possível criar algo do nada. Não adianta incorporar materiais, escolas ou práticas de outros países se no nosso não há gente com qualidade suficiente para implementá-los. A China entendeu isso muito bem”.
	“LIÇÕES DA CHINA Compense a falta de qualidade com mais esforço e trabalho em dobro”.
“Dilma Shiva ataca novamente” (2015, p. 28-29).	“É esquizofrênico que a presidente dê uma guinada na área econômica para recuperar a confiabilidade do governo e, ao mesmo tempo dê um ‘perdeu, playboy’ a investidores que acreditaram em seu programa educacional”.
	“MÁQUINA DO TEMPO Só com uma delas se poderia, como quer Cid Gomes, usar o score de alguém no Enem para medir seu desempenho futuro no curso superior”.
“Por que você não faz nada?” (2015, p. 76-78).	“Alguém já disse que um dos sinais da loucura é continuar fazendo a mesma coisa e esperar que o resultado seja diferente. Muita indignação e pouca ação, os males os males da nossa democracia são. Reclamamos, mas elegemos os mesmos”.
	“O PAPEL DA FAMÍLIA Nos países democráticos que também se destacam pela educação de qualidade, os pais são o fator decisivo de sucesso”.
	“Vote em quem entrega resultado, medido pelo Ideb. Pra deputados, veja se o candidato fala de meios – salário de professor, investimentos, ensino integral – ou de fins. Prefira os que falam de fins (aprendizado)”.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados.

Essas sínteses apresentadas pelas informações de destaque nos textos de Ioschpe possibilitam, implicitamente, que o leitor vá construindo um referencial e um imaginário político de desconstrução e reconstrução direcionado às ideias defendidas pelo próprio autor e pela revista *Veja*. O que parece ser uma característica comum dos textos jornalísticos. Dessa forma, é possível afirmar que alguns dos artigos de Ioschpe descontroem a imagem atual relativa a determinadas questões, enquanto outros reconstroem uma imagem ‘possível’ sobre o que poderia vir a ser o cenário educacional do país. Salienta-se que não se busca julgar a veracidade ou a validade das informações trazidas por Ioschpe, o que se pretende, com o devido cuidado, é apontar como os argumentos são construídos para convencer/persuadir o leitor a alterar seu imaginário político, a partir de como o mesmo mostra o cenário educacional brasileiro.

A seguir, apresentam-se os focos de argumentação do discurso de Ioschpe, iniciando pelos argumentos relativos ao cenário político.

3.3.1 A política brasileira e as propostas para a educação

Para compor o título que engloba a análise política de Ioschpe sobre a educação brasileira selecionou-se três textos: “Dilma Shiva ataca novamente”; “os candidatos e a educação”; “Dilma, não desperdice nossos recursos nesse sistema educacional”. Estes textos, analisados individualmente, a seguir, apresentam primeiro um resumo sobre o contexto geral do artigo e apontam a forma de argumentação do autor e as frases/palavras de convencimento que cumprem o papel de reforçar/persuadir o leitor.

➤ *Texto 1: “Dilma Shiva ataca novamente”*

O primeiro texto dentre os analisados, de 2015, edição 2413, foi publicado sob o título “Dilma Shiva ataca novamente”.⁵ O autor inicia explicando que o termo Shiva está relacionado à deusa hinduísta da destruição (Shiva), e por meio dele elenca várias ações da presidente Dilma, considerando-as como destruidoras. Ele cita o setor energético assinalando que mesmo tendo feito carreira no ramo, ela o destruiu. Segundo o autor, a adição de etanol ao combustível quebrou as indústrias de cana-de-açúcar, o que levou a implosão da Petrobrás, episódio que colocou a empresa nas páginas policiais. A partir da perspectiva destrutiva da personagem Dilma, o autor aborda o assunto do texto, o Fies⁶, inicia explicando o que é e como funciona e porque a decisão governamental afeta tão drasticamente a sociedade, sobretudo as universidades e o aluno pobre. Desse modo, Ioschpe aponta que o financiamento do ensino superior é sucesso em muitos países desenvolvidos e extremamente necessário ao Brasil para aumentar as matrículas do setor que não passam de 37%, enquanto nos países desenvolvidos ela atinge 76%. Seu endereço no *twitter*, como se afirmou anteriormente, é citado como fonte de consulta e busca de detalhes sobre quais são esses países. Após

⁵ Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/2413?page=28§ion=1&word=EDI%C3%87%C3%83O%202413>. Acesso em: 13/10/2016.

⁶ O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) é o programa do Ministério da Educação que financia cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

‘argumentar’ de modo a construir um cenário negativo da política brasileira, o cenário educacional também é apontado como deficiente:

O aluno pobre brasileiro que termina o ensino médio é um herói. Sobrevive a uma escola pública de qualidade em geral sofrível e normalmente tem poucos exemplos familiares ou comunitários para perseguir o ensino superior. Essa pessoa precisa ser ajudada de todos os modos possíveis a entrar na universidade (VEJA, ed. 2413, 2015, p. 29).

A partir desse cenário político e escolar, o autor afirma que algumas medidas adotadas pelo governo também aumentaram a pontuação necessária para que o aluno ingressasse na universidade por meio da avaliação do Enem⁷. E enfatiza o fato de que o Ministro da Educação argumentou sobre não apoiar quantidade e sim qualidade, afirmando que aceitar um jovem na universidade com baixa pontuação é iludir o jovem, preparando-lhe uma arapuca. Ioschpe foi direto à crítica: “Se é pra cortar o financiamento de alguém em razão do resultado do Enem, deve ser o das escolas que formaram esse aluno na educação básica, ministro! O aluno que tira menos de 450 pontos no Enem é vítima de um péssimo sistema educacional” (*Ibidem*). Ele termina assinalando que quem pega dinheiro emprestado para crescer na carreira é um bravo, e, portanto, merece aplausos!

O texto utiliza palavras afirmativas e imperativas para convencer e/ou persuadir o leitor sobre as ideias defendidas. Inicialmente o autor fala da falta de eficiência da Presidente: “Dilma construiu sua carreira como técnica na área de energia. Eleita presidente, **demoliu o setor**. Querendo **controlar a inflação na marra**, Dilma Shiva baixou MP em 2012 [...] baixou duas portarias **assustadoras**”⁸. Como se pode ver, descontrói-se, assim, a imagem de que a presidente possui um plano de ação política coeso e eficiente. Isso se estende ao ministro Cid Gomes, considerando-o equivocado

⁷ O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é uma prova elaborada pelo Ministério da Educação para verificar o domínio de competências e habilidades dos estudantes que concluíram o ensino médio. O Enem é composto por quatro provas de múltipla escolha, com 45 questões cada, e uma redação. No entanto, a nota do Enem é uma combinação entre o número de acertos do aluno e a coerência entre estes acertos. Para a Certificação, o aluno precisa ter nota mínima de 450 em cada uma das quatro provas objetivas. Nesse caso, considerando os exemplos de 2014, já que só se sabe o valor de cada questão depois de todas as provas terem sido corrigidas, e a correção da prova obedece à Teoria de Resposta ao Item (TRI), um aluno com 43 acertos e dentre esses acertos contemplar algumas das questões mais fáceis do Enem 2014, atinge os 450 pontos e alcança a certificação para o Ensino Médio.

⁸ As palavras destacadas não constam nos textos originais do autor. Servem para demonstrar de forma mais direta em que termos a análise do texto se baseia para fazer afirmações, conforme sugere a teoria de Bardin (1971), que destaca palavras-chave para a interpretação de um contexto. Salienta-se que esse destaque intencional irá permear todos os textos a serem analisados.

em sua leitura de qualidade e desempenho quanto aos resultados do Enem (portanto, o governo não é confiável). Em seguida, Ioschpe defende o Fies como acesso para o ensino superior:

O objetivo do Fies é expandir as matrículas no nosso ensino superior, **abrindo as portas das universidades pagas** às pessoas de baixa renda. Propósito nobre e necessário. [...] Fazer essa expansão via financiamento subsidiado é uma mecânica já **provada efetiva pela experiência internacional**. O Fies é um **sucesso** e está **atingindo** seus **objetivos** (*Ibid.*).

É importante salientar que, ao defender o Fies, o autor acaba por reconhecer que este é um bom plano de ação política para a educação, mas, como a presidente reduziu sua abrangência limitando seus recursos, ele a critica. Seus argumentos vão no sentido de apontar, com muita ênfase, os ‘nobres’ propósitos do programa e destacar a participação internacional em ações semelhantes de acesso ao ensino superior. E então finaliza sua estratégia de defesa do Fies, sublinhando que os únicos prejudicados com as ações do governo são os alunos pobres:

O aluno pobre brasileiro que termina o ensino médio é um herói. Sobrevive a uma **escola pública de qualidade em geral sofrível** e normalmente tem poucos exemplos familiares ou comunitários para perseguir o ensino superior. **Essa pessoa precisa ser ajudada** de todos os modos possíveis **a entrar na universidade**. [...] Fazer essa expansão via financiamento subsidiado é uma mecânica **já provada efetiva pela experiência internacional**. **O Fies é um sucesso** e está **atingindo seus objetivos**.

Os termos destacados na citação acima se constituem em afirmações categóricas, de convencimento, características sempre presentes em textos jornalísticos. Assim, o autor alcança o propósito de reportar os argumentos utilizados à validade das ideias. Ioschpe mostra que o governo brasileiro não está comprometido e não é coerente nas propostas que implementa, já que as (poucas) atitudes benéficas à educação estão sendo restringidas, como é o caso do Fies. A imagem de demolidora, atribuída à presidente, reforça essa inconstância. Parece (ou supõem-se) que, de forma subliminar, Ioschpe defende o Fies procurando fazer com que essa ‘parcela’ do dinheiro público chegue às universidades privadas, já que estas são as maiores beneficiadas com esse financiamento. Ou seja, ele defende o aspecto do programa que beneficia o mercado escolar privado, mas ataca o governo que o promove.

➤ **Texto 2: “Os candidatos e a educação”**

Na edição 2392, de 2014, o artigo intitulado “Os candidatos e a educação”⁹, Ioschpe analisa os candidatos à Presidência da República e suas propostas para a educação. Importante lembrar que o país está em fase pré-eleitoral para os cargos à presidência da República. Ele analisa primeiramente a agenda política de três candidatos: Aécio Neves, Dilma Rousseff e Marina Silva, que são alvo de suas considerações. O autor aponta que a melhor proposta é a de Aécio Neves, por “vincular a remuneração dos professores ao desenvolvimento da aprendizagem dos alunos [...] política nacional de formação de professores, [...] definição de bases comuns para um currículo nacional” (VEJA, ed. 2392, 2014, p. 94). Dilma é apontada como a segunda candidata com a melhor proposta, mas, o autor salienta que a vertente quantitativa por ela adotada continua equivocada, pois a candidata presume que se “jogar um caminhão de dinheiro no sistema, professores despreparados e gestores incompetentes passarão a dar ótimas aulas” (*Ibid.* p, 95). Quanto à candidata Marina Silva, o autor elogia as iniciativas de dar continuidade a programas já existentes como o Fies e o ProUni, expandir cursos técnicos e vincular a remuneração dos docentes a um Exame Nacional. Mas, critica duramente as ideias voltadas à questão da sustentabilidade ambiental que permeiam todas as iniciativas descritas pela candidata para a educação. Do mesmo modo, ele condena as fontes de dados apresentados pela campanha que não convergem com aqueles apresentados pelo PIB, assim como a falta de rumo e de objetividade de seu discurso. Ioschpe termina o texto afirmando que a preocupação de Marina com o meio ambiente é ‘esdrúxula’, considerando que o nível educacional do país ainda não passou do ‘bê-a-bá’.

Os argumentos de convencimento, destacando as palavras de impacto, conforme preconiza Bardin (1971), que definem o melhor candidato para a educação do país, segundo Ioschpe, são:

- ✓ Aécio Neves é o melhor candidato (pois apresenta o maior número de ideias defendidas pelo autor em seus textos):

Denota maior preocupação com **o problema mais urgente a ser combatido: a qualidade do ensino**, principalmente nos primeiros anos do ensino

⁹ Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/2392?page=94§ion=1&word=EDI%C3%87%C3%83O%202392>. Acesso em: 13/10/2016.

fundamental. [...] para o **aprimoramento do nosso sistema educacional**, a maioria das quais ignoradas pelas outras candidatas. [...] Definição de **bases comuns para currículo nacional**. [...] Traduzir os resultados das avaliações externas de qualidade educacional em **práticas eficazes em sala de aula**. [...] O programa é tanto mais crível porque [...] **o IDEB da rede estadual mineira** [que Aécio governou...] era de 3,6 em 2005 [passou para o **2º lugar do país**] em 2011, **superando São Paulo**.

- ✓ Dilma Rousseff é a segunda colocada (tendo em vista que algumas de suas ideias são compatíveis com as que o autor defende):

Quatro programas de sua gestão foram importantes para o setor: o Ciência sem Fronteiras [...] o Pronatec [...] o Pnaic [...] e o Fies. [...] Nosso lento progresso nacional é um espelho dessa gestão, que fez coisas positivas, mas **nunca teve a disposição para mexer em questões realmente fulcrais**, como formação de professores, exigências de contrapartidas para a liberação de recursos, currículo nacional etc. [...] O **Ideb não é sequer mencionado**, nem o verbo “**aprender**”, **muito menos** a palavra “**resultado**” no que concerne à educação.

- ✓ A última colocada é Marina Silva (por apresentar poucas das ideias coerentes com as defendidas pelo autor):

Soltou um plano de governo detalhado, de 242 páginas, devotando uma seção inteira à educação, **que poderia inspirar confiança**. Para este escriba, **teve o efeito oposto**. É um programa que **parece se interessar mais por árvores do que por alunos**. [...] Os alunos no ensino integral deverão ter **atividades agrícolas** (?), além de esportivas e **tecnológicas**. [...] me parece esdrúxula para um **país que ainda não conseguiu**, em pleno 2014, **passar do bê-a-bá**. [...] O programa também **faz uso questionável de dados para embasar suas teses**. [...] Há **ideias boas**, como insistir na expansão de **cursos técnicos**, reforçar o **Fies** e o **Prouni** e vincular a remuneração de professores a um futuro **Exame Nacional para Docentes**.

Observa-se que o discurso e os argumentos apontados neste texto, no que concerne a defesa das propostas de campanha dos candidatos à presidência, referem-se à concordância ou não dos candidatos ao ‘seu’ modo de pensar a educação brasileira. Como foi visto, ele critica o que não está em consonância com suas ideias e aprova aquelas que estão. Portanto, o candidato ideal é aquele que possui maior número de ideias próximas à maneira de pensar do autor, ou, provavelmente aos objetivos, nem sempre explícitos, do veículo de comunicação para o qual ele escreve (no caso, a revista Veja).

➤ *Texto 3: “Dilma, não desperdice nossos recursos nesse sistema educacional”*

A edição 2331 apresenta um artigo de Ioschpe intitulado “Dilma, não desperdice nossos recursos nesse sistema educacional”, publicado em 2013¹⁰. Nele o autor aponta dados sobre a intenção do governo brasileiro em aprovar leis que estabeleçam o valor de 10% do PIB nacional para o Plano Nacional de Educação (PNE)¹¹. Segundo ele, suas intenções ao escrever sobre a política educacional dizem respeito à ampliação da qualidade. Ele quer deixar, sobretudo, um país melhor para seus filhos, reiterando que não defende interesses alheios ou políticos. Ioschpe afirma que adoraria concordar com esses planos caso eles fossem viáveis, mas, desse modo faltaria com a verdade. Segundo ele, não pode concordar que o trabalhador brasileiro, gerador dos impostos dos quais os políticos se apropriarão para colocar o Plano em prática, e das riquezas minerais da nossa costa (pré-sal), sejam desperdiçados por “um Míidas ao contrário: a educação transforma o ouro que recebe em desperdício e ignorância” (VEJA, ed. 2331, 2013, p. 104). As críticas do autor avançam com tom bastante áspero: trata-se de ‘mentira deslavada’, pois o Brasil não investe pouco em educação e investir mais não melhora a qualidade. Aponta que o país usa 4,3% do seu PIB em educação, enquanto que os países desenvolvidos investem 3,9%. Esse argumento se apoia no “levantamento mais respeitado na área, o *Education at a Glance* de 2013” (*Ibid.*). Em seguida, o autor apresenta um gráfico que aponta os gastos com educação de alguns países do mundo em relação ao PIB de cada um, mostrando que melhores resultados do que o Brasil são alcançados em sistemas educacionais de países ricos (como Espanha e Inglaterra) ou em desenvolvimento (como China e Chile), que não gastam mais do que o Brasil nos seus sistemas educacionais. O próximo alvo da sua crítica é o professor. Ele assinala que o próprio professor reconhece que escolheu e gosta da profissão. Além disso, mesmo em países desenvolvidos o profissional da educação não é o melhor aluno provindo dos bancos escolares. Desse modo, o ideal é investir em formação continuada e de qualidade e (trans)formar esse profissional em alguém competente, como acontece nos países desenvolvidos. Sua crítica se estende às universidades brasileiras de pedagogia/licenciatura consideradas como teóricas e ideológicas. Segundo ele, melhorar a educação não depende de dinheiro: precisa de formação de qualidade nas universidades, seleção dos diretores das escolas, currículo nacional, expectativa alta

¹⁰ Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/2331?page=104§ion=1&word=dilma>. Acesso em: 13/10/2016.

¹¹ PNE é o Plano Nacional de Educação (aprovado em 2014), Lei nº 13.005/2014, para o decênio 2014-2024. É um instrumento de planejamento do Estado democrático de direito que orienta a execução e o aprimoramento de políticas públicas do setor educacional.

para os alunos pobres, coibição do absentéismo docente, aproveitamento do tempo perdido com chamadas, conselhos de classe e quadros cheios de cópia. Assim, a solução seria oferecer cursos técnicos e profissionalizantes no ensino médio, aplicar mais tarefas de casa aos alunos e corrigi-las, reconhecer e corrigir/atender rapidamente um aluno com dificuldades.

Seu texto termina afirmando que a esfera para esse tipo de ação é, na sua maioria, a de prefeitos, governadores e secretários de Educação, e não no âmbito federal. Portanto, jogar mais recursos nesse sistema é um “desperdício colossal. Se ao fazerem um péssimo trabalho eles são recompensados com o dobro de recursos, que incentivo terão para melhorar?” (*Ibid.* p. 105). E então, convoca a presidente Dilma para vetar o projeto (caso ele seja aprovado) em nome dos benefícios à geração de seu neto. Ou seja, seus argumentos situam-se no plano emocional e desconsideram a realidade e racionalidade educacional brasileira.

A título de ilustração apresenta-se a seguir algumas ideias centrais e termos de convencimentos usados pelo autor no texto:

- ✓ Convencer/persuadir o leitor (dirigindo-se à presidente Dilma, deputados e senadores) de suas intenções pessoais:

Nos últimos **10 anos venho escrevendo** sobre educação brasileira, e nela militando, com **apenas um propósito: melhorar radicalmente a qualidade do ensino** no país para que possamos **dar um salto de desenvolvimento**. Faço-o por **espírito público**, mas também por **egoísmo**: quero **que meus filhos vivam em um país melhor** do que este que temos agora. **Não ganho dinheiro** com esse tema, **não defendo interesse de nenhum grupo político ou privado**, nacional ou estrangeiro. **Ajo** como se **munido de uma procuração** para falar **em nome dos milhões de alunos das péssimas escolas públicas** brasileiras, **que não têm voz nem vez no debate político** nacional. [...] **Eu defenderia qualquer medida** para a qual houvesse evidências de **que impacta positivamente o nível de aprendizado** dos nossos alunos (*Ibid.*).

É preciso reiterar que em textos jornalísticos e políticos a intenção do discurso nunca é neutra (GUAZINA, 2007; GONZALES, 2003; CARVALHO, 2000), mas, o autor salienta esse viés de neutralidade, ao enfatizar que sua intenção é genuína e, como parte do processo argumentativo, destaca uma característica pessoal (egoísmo), mas, respaldado no bom senso e em intenções nobres: “que meus filhos vivam em um país melhor”, fazendo o mesmo apelo a avó Dilma.

- ✓ Mostrar que aumentar em favor dos gastos com a educação não é um bom plano:

Se essa medida fosse algo tão fácil e simples como aprovar uma lei, então eu ficaria mais feliz ainda. [...] tivesse como consequência secundária **melhorar a renda dos 5 milhões** de brasileiros **que trabalham no sistema educacional**, isso me deixaria triplamente contente. [...] ficaria mais alegre ainda em **defender algo que vem sendo pedido pelos manifestantes** de rua [...] **adoraria me juntar a esse coro** dos que bradam por mais recurso. Mas **não posso**.

Porque **não consigo faltar com a verdade**, nem ignorar décadas de evidências, **nem consentir que duas dádivas que recebemos** – a **capacidade de trabalho** do povo brasileiro [...]; e as **riquezas minerais** enterradas em nossa costa **sejam** tão clamorosamente **desperdiçadas**.

Devem ter ouvido **que o Brasil investe pouco em educação** [...] Se gastarmos mais conseguiremos **resolver nossos problemas** [...] **Se pagarmos mais aos nossos professores** [...] **Isso é tudo mentira. Deslavada. O Brasil não gasta pouco em educação.** Como **mostram os dados do levantamento mais respeitado na área**, o *Education at a Glance* de 2013.

Expressões como: “se / algo tão fácil e simples / melhorar a renda de 5 milhões que trabalham / não consigo faltar com a verdade / nem consentir / mentira / deslavada / não gasta pouco / os dados do levantamento mais respeitado”... mostram ao leitor a força da afirmativa. Seu objetivo é invalidar certas ideias e reforçar outras, particularmente aquelas por ele defendidas.

- ✓ Apresentar um plano para a educação brasileira:

Melhoria das universidades de pedagogia/licenciatura, que são totalmente teóricas e ideológicas [...] Na **seleção criteriosa de diretores** de escola. No estabelecimento de um **currículo nacional**. Na criação de **expectativas altas para todos os nossos alunos**, especialmente os mais pobres. **Coibindo o absenteísmo** docente. Fazendo com que a jornada de **aulas** seja **aproveitada** [...] **alfabetizando aos 6 anos** de idade. **Desinchando o currículo**, especialmente no ensino médio, e dando opção de **cursos técnicos e profissionalizantes** nessa etapa. Prescrevendo e corrigindo **mais dever** de casa. Utilizando **avaliações constantes**...

Poucos itens acima podem ser resolvidos na esfera federal. A maior parte é de responsabilidade de **prefeitos, governadores e seus secretários** de Educação. Hoje, a maioria deles **faz um trabalho muito ruim**. [...] Se ao fazerem um péssimo trabalho eles **são recompensados com o dobro de recursos**, que incentivo terão para melhorar?

Como se pode observar, as alternativas sobre a qualidade da educação brasileira começam a aparecer como sugestão de ações e soluções para as dificuldades por ele elencadas. Não só o autor critica as ações e formas de pensar do governo, particularmente a intenção de aplicar 10% do PIB na educação, como indica soluções para melhorar a qualidade do setor. No entanto, ele não propõe uma receita de como

aplicar esse plano na prática. De forma indireta, Ioschpe afirma que a esfera federal não é a melhor posicionada para resolver a qualidade da educação do país, o que implica em não aprovar o plano do governo, já que o mesmo seria inútil. Além disso, ele menciona a baixa qualidade desse trabalho educacional nas demais esferas.

Enfim, Ioschpe sugere a falta de qualidade do governo na tomada de decisões e encerra sua abordagem política deixando claro seu posicionamento contra as atitudes governamentais, embora ele se isente de manter qualquer comprometimento político/partidário e exaltando seu espírito cívico e em defesa dos menos favorecidos. A seguir, observa-se o posicionamento do autor quanto aos textos cujo foco está voltado à crítica aos professores, à escola e à forma de ensinar e aprender.

3.3.2 Crítica aos professores, à escola, à forma de ensinar e aprender

Para avaliar os argumentos do autor em relação à crítica aos professores, à escola, à forma de ensinar e aprender, foram selecionados três textos: Professores, acordem!; Quem são os professores brasileiros? e, “A utopia sufoca a educação de qualidade”, analisados a seguir.

➤ Texto 4: “Professores, acordem!”

A edição 2373 da Veja, de 2014¹², sob o título “Professores, acordem!” aborda a intenção que o autor possui de atingir leitores não ligados à educação com seus textos, mas, que apesar de saber que neste planeta não existe ninguém mais obstinado em ignorar a realidade do que os professores (médios) brasileiros, Ioschpe se propõe atentar falar diretamente a eles. Afirma que as lideranças dos professores vêm incutindo historicamente um discurso de vitimização: o professor é um herói mal remunerado, um sacerdote abnegado em busca de um mundo melhor, fazendo o melhor com o pouco que recebe. “A imagem que vocês vendem não é a de profissionais competentes e comprometidos, mas a de coitadinhos estropiados e maltratados” (VEJA, ed. 2373, 2014, p. 112). Esse discurso reitera ele, conseguiu apoiadores dentre a população brasileira, que ao invés de cobrar qualidade, apoia greves, mesmo a ‘mais disparatada e

¹² Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/2373?page=112§ion=1&word=edi%C3%A7%C3%A3o%202373>. Acesso em: 13/10/2016.

interminável'. Os professores contam inclusive com o apoio do governo, que resolveu aumentar para 10% do PIB os recursos à educação, ora, somente Cuba gasta esse percentual. No entanto, o problema não é quantidade de investimentos, mas o baixo PIB que leva a isso, já que o salário de um professor cubano equivale a U\$ 28 dólares. O autor reforça que os professores brasileiros não promovem a qualidade merecida pelos investimentos e que até muito recentemente o Brasil era um país agrícola e a qualificação não era prioridade. Então, as cobranças eram mínimas e tudo ia bem. Esse cenário foi duramente alterado. Hoje o Brasil precisa de qualificação. E quando o dinheiro do pré-sal for investido e o nível da aprendizagem não apresentar melhoras de qualidade, a população vai se revoltar, porque até os “pais de alunos da escola pública vão entender o que hoje só os estudiosos da área sabem: que não há relação entre valor investido em educação – entre eles o salário de professor – e o aprendizado dos alunos” (*Ibid.*, p. 113). Aqui cabe ressaltar que inúmeros estudos, de diferentes áreas do conhecimento, mostram exatamente o contrário: a condição salarial do magistério tem impactos positivos na qualidade do ensino, no desempenho dos alunos, no engajamento na carreira docente.

O autor apontou a escola pública como uma farsa que serve para depositar alunos; disse que há falta excessiva de professores, que conteúdo no quadro não é aula, e que os docentes perderão o apoio público quando esses dados vierem à tona. Ele considera fundamental que os professores removam suas barreiras em relação à profissão: vítimas não podem ser protagonistas do sucesso. E vai mais longe, segundo ele, a literatura empírica e a ciência mostram que os salários não mudam o cenário educacional, pois se não acreditarem em ciência são profissionais inúteis e qualquer um pode substituir o professor. Os docentes acusam a sociedade de não se envolver com a educação e vetam a participação de outros setores no debate educacional dizendo que só quem vive o ‘cuspe e giz’ pode opinar. Nesse caso, Ioschpe afirma que o salário é uma parte que deveria ficar com os economistas! Reclamações sobre qualidade salarial é um discurso inconsistente, segundo o autor, e impede os professores de olhar para problemas seus e da educação. Se salário resolver, o discurso de abnegados é incoerente, já que vai apontar que era desmotivação. Se não resolver, requer mudança de perfil, ou seja, os atuais professores não atendem aos requisitos (“são inúteis irre recuperáveis” *Ibid.*). O respeito da sociedade virá quando o professor apresentar resultados qualitativos à educação, e isso vai acontecer quando os professores reconhecerem suas carências e lutarem para saná-las.

Ideias centrais e termos de convencimento usados pelo autor no texto abrangem:

✓ Conversar com o professor é inútil:

Nos últimos anos tenho chegado à conclusão de que falar com o **professor médio** brasileiro, na esperança de trazer algum conhecimento **que o leve a melhorar seu desempenho**, é mais **inútil** do que o proverbial pente para careca.

Não deve haver, nos 510 milhões de metros quadrados deste nosso planeta solitário, um **grupo mais obstinado em ignorar a realidade que o dos professores** brasileiros.

Ao usar o termo ‘professor médio’ o autor desmoraliza, nivela e considera insuficiente a qualidade do trabalho do professor. Não abre exceções, e desconstrói qualquer possibilidade de se pensar em um professor brilhante. Os termos: melhorar o desempenho / inútil / ignorar a realidade – apontam a expectativa (zero) de esse cenário ser alterado.

✓ O discurso dos professores é de vitimização:

A imagem que vocês vendem não é a de profissionais competentes e comprometidos, mas a de **coitadinhos estropiados e maltratados**. (Nada seduz mais a alma brasileira do que **um coitado, afinal**). **Quando vocês fazem greve** – mesmo a mais disparatada e interminável -, os pais de alunos não ficam bravos por pagar impostos a **profissionais que deixam seus filhos na mão**.

Os docentes são apresentados como coitados – e a qualidade desse trabalho é prontamente destruída pelo argumento de que quem saiu prejudicado foi ‘seus filhos’. Não foram os filhos de todos, nem os meus, foram os seus, leitor! A argumentação é muito bem construída para que o problema seja visto como específico a cada leitor, e não próprio/característico de uma população ou comunidade.

✓ A sociedade vai perceber que está sendo enganada pelos professores:

E nossa educação continuar um desastre, **até os pais de alunos da escola pública vão entender** o que hoje só os estudiosos da área sabem: que **não há relação entre valor investido** em educação – entre eles o salário de professor – e **o aprendizado dos alunos**. [...] E então **vocês serão cobrados. Muito cobrados. Não esperem a ajuda dos** atuais **defensores** de vocês. [...] Esses pais, e a mídia, vão finalmente **querer entrar nas escolas para entender** como é **possível investirmos tanto e colhermos tão pouco**. Vão descobrir que **a escola brasileira é uma farsa**, um depósito de crianças.

Quando diz: ‘até os pais de alunos da escola pública vão entender’ – o autor faz um juízo de valor, insinuando que esses pais são os que menos conseguem perceber os

problemas mostrados pela falta de capacidade dos professores. ‘A escola brasileira é uma farsa’. Essa desconstrução não envolve os pais. Não os acusa de nada. Não tem a pretensão de atingir (de novo) os pais desinformados. Eles são mostrados como vítimas. Pois, a escola é ‘um depósito de crianças’, não porque os pais não valorizam o ensino, não ensinam os filhos de que na escola devem estudar – Não – A qualidade da escola é que é ruim. Os pais levam os filhos para *aprender* e a escola apenas *cuida* deles.

- ✓ A maior queixa do professor para a vitimização é o salário, mas, ele deve ser pensado por quem entende. Portanto, reclamar sobre isso é uma obsessão dos professores:

Se cada área só puder ser discutida por quem a pratica, **vocês terão de deixar a de salários e investimentos nas mãos de economistas**. Acho que **não gostarão do resultado**. [...] **Abandonem essa obsessão por salários**. Ela está impedindo que vocês vejam todos os outros problemas – seus e dos outros.

Para desconstruir a imagem do profissional, o autor sugere que o professor criou um cenário de vitimização e apoia-se na inutilidade de tentar convencer/persuadir o docente disso. O discurso, segundo o autor, apoia-se na estratégia do coitadinho que ganha pouco e faz muito. Quando na verdade, os argumentos que o autor apresenta apontam que é o contrário. O professor faz pouco e não se esforça tanto quanto deveria considerando o salário que recebe. Diz ainda que a sociedade vai se dar conta disso em breve, pois os investimentos de 10% do PIB não vão melhorar a qualidade da educação do país. Assim, a imagem de que a educação vai mal e de que a ‘culpa’ é do professor, ficam muito clarificadas pelo discurso de Ioschpe. Nesse contexto, o autor sugere que os problemas do Brasil no setor educacional não estão somente na forma de pensar e distribuir os recursos governamentais, mas também, na estrutura e organização (in)competente dos atuais profissionais da área.

➤ **Texto 5: “Quem são os professores brasileiros?”**

A edição 2296 da Veja, de 2012, sob o título “Quem são os professores brasileiros?”¹³, apresenta o perfil do professor brasileiro, respondido pelos próprios professores, com dados recolhidos, segundo o autor, de pesquisas recentes (da Unesco,

¹³ Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/2296?page=132§ion=1&word=Quem%20s%C3%A3o%20os%20professores%20brasileiros%3F>. Acesso em: 15/10/2016.

pesquisa Ibope para a Fundação Victor Civita, Prova Brasil de 2009 (*recente?*). A íntegra das três pesquisas está disponibilizada no *twitter* do autor (ele fornece o endereço). Segundo o resultado dessas pesquisas, o professor brasileiro desmistifica/quebra alguns tabus, contradizendo muitos pontos. Para melhor organizar essas ideias constrói-se uma relação entre os dois contrapontos: o que se diz sobre o professor e o que eles dizem sobre si mesmos, destacando também, os argumentos de convencimento nos quais ele se apoia, conforme preconiza Bardin (1971).

- ✓ Os professores caem de paraquedas na carreira: ❖ O acaso motivou a entrada de **só 8% dos mestres, e só 2% foi dar aula por não conseguir outro emprego**. Sessenta e três por cento dos docentes têm inclusive outros membros da família na profissão.
- ✓ Motivação para exercer a carreira: ❖ 53% - “**amor à profissão**”¹⁴; 14% - “contribuir para uma **sociedade melhor**”; 9% - “realização profissional”; 6% - “salário/benefícios oferecidos”. **81%** concordam que **são “muito importantes para a sociedade”** e 78% dizem ter **orgulho de ser professor/a**.
- ✓ As pessoas que optam pela carreira de professor são derrotadas: ❖ Não são derrotadas. **Pelo contrário, são profundamente idealistas**. Querem **mudar o mundo, mudando a vida de seus alunos**. 72% acham que a finalidade mais importante da educação é “**formar cidadãos conscientes**”. Nove entre dez professores concordam que “o professor deve desenvolver a **consciência social e política** das novas gerações”.
- ✓ As condições da carreira são insatisfatórias: ❖ 57% trabalham em **apenas uma escola**. Em **três ou mais** escolas, **só 6% do total**. Um terço dos professores **dá até trinta horas de aula por semana**. Vinte e oito por cento lecionam quarenta

¹⁴ Textos destacados entre aspas pelo autor, no original (VEJA, 2014, p. 132-134).

horas (**a carga normal do trabalhador brasileiro**) e **só um quarto** dos professores **tem jornada acima de quarenta horas** por semana. Dois terços dos professores têm estabilidade no emprego – **é praticamente impossível demiti-los**. O grau de **satisfação** médio do professor, de zero a dez, **é de 7,9**. **Só 10%** dizem querer **abandonar a carreira**.

- ✓ Os professores são competentes: ❖ Os **professores estão falhando** na sua tarefa mais simples, que é transmitir conhecimentos [...]. Não sou eu nem os testes nacionais e internacionais que **dizem isso: são os próprios professores**. Admitem que só conseguem desenvolver entre **40% e 80% do conteúdo previsto no ano**. **Só um terço** coloca esse patamar **acima de 80%**. Um dos principais **vilões** [...]: seus **cursos universitários**. **Só 34%** dos professores **acreditam que sua formação está totalmente adequada** à realidade do aluno.

Nesse contexto do artigo, o autor usa números reais e percentuais. Quando quer destacar uma informação usa percentual claro (8%, 40%, 80%); sempre acompanhados de palavras com juízo de valor (só, somente, apenas); quando quer que a informação perca o significado de valor escreve: “sessenta e três por cento” (e não 63%, que seria mais visível), ou usa: “dois terços, um terço”, sem explicitar quanto isso representa em percentual?. O número de referência é retirado do contexto do leitor, sendo que o fica no imaginário são os números evidenciados. Em seguida, o autor resume suas ideias dizendo: “Então se dá o momento-chave para entendermos o nosso sistema educacional: o professor sai da universidade, passa em um concurso, chega às salas de aula e, na maioria dos casos, fracassa. Seus alunos não aprendem”.

Para resgatar as suas ideias defendidas, também em textos anteriores a essa publicação, Ioschpe sugere ações para resolver a questão da (falta de) qualidade de formação do professor:

Esse professor **poderia entrar em crise**, poderia **buscar ajuda**, poderia **voltar a estudar**, poderia **ter planos de apoio de sua Secretaria de Educação**. Mas nada disso costuma acontecer, porque **não há sanção ao professor ineficaz, nem incentivo** ao professor obstinado. O professor que fracassará continuará recebendo seu salário, pois **tem estabilidade**. Seguirá, inclusive, sendo promovido, pois na maioria das redes **a promoção se dá por tempo de serviço ou titulação, não por mérito** (VEJA, 2012, p. 133).

Nesse contexto, o autor sugere que haja sanções ao professor ineficaz e que a **meritocracia** seja a porta de ascensão do professor à carreira. Ou seja, indiretamente retoma a ideia de que deve haver uma avaliação para o docente. Segundo o autor: “Pais e alunos [...] confundem uma escola limpa, bonita, que oferece merenda e uniforme com educação de qualidade” (*Ibid.*). Diz também que as faltas dos professores (média de 18 faltas ou mais em 200 dias letivos) são ignoradas pelo poder público, inclusive pelas Secretarias de Educação, o que, segundo sua perspectiva, é fruto da convivência dos que geram o sistema educacional.

O golpe demolidor contra os professores nas argumentações do autor está na última parte da reportagem, se refere à acomodação do professor. Ele novamente retoma ‘a falta de culpa dos pais’, isentando-os de uma participação nesse fracasso, anteriormente indicado.

Eis as explicações dos professores para a falta de aprendizagem dos alunos: 94% apontam a “**falta de assistência e acompanhamento da família**”, 89% citam o “**desinteresse e a falta de esforço do aluno**” e 84% dizem ser “decorrentes do **meio em que o aluno vive**”. Nossos alunos, especialmente os pobres, são massacrados por um mar de **descrença e descompromisso do sistema que a sociedade financia** para educá-los. [...] como fazer que professores **dessensibilizados** por anos ou décadas de **cinismo** voltem a ter **esperança e o brilho nos olhos** que os fizeram optar por essa **linda profissão** (*Ibid.*).

Nesse momento, a ‘culpa’ dos pais é totalmente retirada das discussões e a vitimização do professor reforçada, pois o seu insucesso (do professor) é apenas uma fase de negação em que o docente usa outros culpados (os pais e os alunos) para se isentar da culpa. E o autor termina insinuando que não é a profissão que não seja ‘linda’, é o comportamento dos professores brasileiros (todos sem brilho nos olhos e cínicos) que desmoraliza e desqualifica o ensino.

➤ **Texto 6: “A utopia sufoca a educação de qualidade”**

O artigo da edição 2264, de 2012, sob o título “A utopia sufoca a educação de qualidade”¹⁵, condena o papel social e ético atribuído às escolas, mostrando que o extenso currículo do ensino brasileiro tem como objetivo formar um cidadão consciente e tolerante, mesmo nas disciplinas científicas, e que abarca desde a preservação do meio ambiente até cuidados com a saúde (utopia). Atendem o sistema de cotas, alunos com necessidades especiais e não conseguem passar de sistemas péssimos. Porque, sobretudo, perdem o foco, considerando que abraçam objetivos demais, ainda que nobres e louváveis. Acusa os legisladores brasileiros de inexperientes que tentam resolver as coisas criando leis. Acaba-se perdendo o foco e almejando objetivos não mensuráveis (o aluno é analfabeto, mas solidário, e não há índice para medir solidariedade). Isso faz com que o professor ou diretor atue como legislador, ao selecionar os objetivos que poderão ser atingidos e/ou cumpridos, provocando um desrespeito à lei na sociedade. Também isso não constrói um país menos desigual, ao contrário. O autor cita música, sociologia e filosofia no ensino médio como exemplos. Ao buscar dar condições iguais para jovens ricos e pobres com essas disciplinas, considerando o acesso à cultura, o que se tira dos pobres é o tempo necessário que ele teria nas disciplinas base (português, matemática e ciências) para alcançar os conhecimentos que os ricos já dominam ao ingressar na escola, e o pobre, com mais dificuldade, leva o dobro do tempo para adquirir. Diminuem-se, assim, as oportunidades iguais, já que o mercado de trabalho seleciona por habilidades cognitivas e intelectuais, dado a competitividade e a produtividade exigida dos mercados e empresas, o pobre não alcança o básico para ser contratado. A escola não lhe garante isso. A desigualdade de renda no Brasil provém da desigualdade educacional. O autor disponibiliza seu *twitter* para consulta com pesquisas feitas sobre o assunto. O tipo de escola pública que queremos é uma discussão política e não técnica. Sugere que a população seja informada “de modo claro e honesto sobre as consequências de suas escolhas. [...] desonesto é criar a ilusão de que não precisamos fazer escolhas [...] que professores despreparados podem formar o novo homem e o profissional de sucesso” (VEJA, ed. 2264, 2012, p. 108).

Ideias centrais e termos de convencimento usados pelo autor envolvem três aspectos:

¹⁵ Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/2264?page=104§ion=1&word=edi%C3%A7%C3%A3o%202264>. Acesso em: 14/10/2016.

- ✓ A escola não dá conta do currículo e da demanda social a ela atribuída:

Eles criaram um sistema com **um currículo imenso**, sistemas de livros didáticos em que **o objetivo até das disciplinas científicas é** formar um **cidadão consciente e tolerante**.

Responsabilizaram a escola pela **formação de condutas** que vão desde a preservação do **meio ambiente** até os cuidados com a **saúde**; **instituíram cotas raciais** e forçaram as escolas a receber alunos com **necessidades especiais**. [...] O Brasil deveria **questionar essa agenda**.

O autor deixa claro que a utopia está implantada no sistema educacional do país, tanto pelo currículo que abraça, perdendo o foco da aprendizagem devido ao numeroso item de abordagens, quanto pela intenção que almeja, sem igualar a condição entre pobres e ricos e abarcando todos os tipos de inserção social (cotas, necessidades especiais). A intenção crítica que o texto carrega é tão forte e mostra tão bem a discordância do autor, de modo que nos demais textos ele usou a primeira pessoa (nós ou eu) para falar das atividades da escola enquanto que nesse texto emprega a terceira pessoa (eles): eles criaram, responsabilizaram... Ou seja, eu não fiz isso, não concordo com isso, sou contra...

- ✓ A escola não tem foco de aprendizagem, nem os políticos: “Essas demandas todas **tornam impossível** que o sistema tenha **um foco**. **Perseguir todas as ideias que aparecem [...] é um erro**”. E o autor reforça: “A maioria dos **nossos intelectuais e legisladores [...] acredita ser possível resolver qualquer problema criando uma lei**” (*Ibid.* p, 109).

A capacidade de governança tanto voltada aos assuntos da escola quanto do poder público é desmontada por Ioschpe. Assim como a escola persegue tudo, sem atingir êxito, o governo também acredita que criar leis resolve os problemas. Mas, é preciso agir, planejar, pensar, resolver. O que nenhum dos dois contextos (escola e governo) estão fazendo, pois a escola brasileira mantém a desigualdade social e não prepara os pobres para o trabalho:

Alunos de famílias ricas precisam de menos horas para se alfabetizar [...] é muito provável que o aluno pobre chegue ao terceiro ano nessa condição. O aluno rico, **pode**, portanto, **se dar ao luxo de ter aula de música**. Para nivelar o jogo, **o aluno pobre deveria estar usando essas horas para se recuperar do atraso**, especialmente **nas habilidades** basilares: **português**,

matemática e ciências. É o domínio dessas habilidades que lhe será cobrado quando ingressar na vida profissional.

Ao criarmos uma **escola** sobrecarregada com a **missão** de não apenas **formar o brasileiro do futuro**, mas **corrigir** as desigualdades de **500 anos de história**, nós nos asseguramos de que **ela se tornará um fracasso**. A escola **não pode fracassar**, pois é a alavanca de salvação do Brasil.

Desonesto é criar a ilusão de que não precisamos fazer escolhas [...] **que professores despreparados podem formar** o novo homem e **o profissional de sucesso**. [...] Essa **utopia**, como todas as outras, **acaba em decepção e atraso** (*Ibid.*).

Enfim, Ioschpe afirma categoricamente, que o Brasil é um país atrasado, e que a escola tomou para si a função de corrigir a desigualdade prometendo algo que não pode cumprir: que a qualidade do ensino escolar poderá transformar o cidadão brasileiro em um profissional competente. Assim, Ioschpe desconstrói a visão de competência do professor apresentando-o como uma falsa vítima, incapacitado na função para a qual foi contratado, aponta a escola como utópica, desfocada e sem futuro para o aluno, principalmente o aluno pobre. Condena, portanto, o atual sistema educacional em todas as partes que o compõem.

No entanto, não basta desconstruir um cenário no imaginário do leitor, é preciso substituir a imagem negativa por uma positiva. Assim, o autor cria um cenário com sugestões de como mudar a realidade da educação do país, como aponta o subitem a seguir, que enumera exemplos a serem seguidos pelo país.

3.3.3 Exemplos educacionais que o Brasil deveria ou não deveria seguir no ensino básico e superior

Para reconstruir o cenário educacional do país, o autor apresenta cinco textos (entre os selecionados por esta pesquisa para análise), que são: “Por que você não faz nada?”; “Vá pra China, Cid”; “Universidade gratuita para aluno rico é uma aberração brasileira”; “O que podemos copiar da educação chinesa?”; e, “Precisamos de educação diferente de acordo com a classe social”, conforme apresentam os subtítulos a seguir, os quais serão explanados separadamente.

➤ Texto 7: “Por que você não faz nada?”

Na edição 2432, de 2015, cujo artigo é intitulado “Por que você não faz nada?”¹⁶, Gustavo Ioschpe questiona a forma de pensar, agir e se comportar do brasileiro diante de temas como política, escola, educação de qualidade e democracia. O autor aponta que em pesquisas sobre a força da democracia no Brasil (indicador conhecido como *Democracy Index* – da revista *The Economist*, edição de 2014, disponível no seu *twitter*), os resultados apontam que o país tem notas condizentes com as melhores democracias do mundo em três dos cinco aspectos avaliados: processo eleitoral, liberdades individuais e funcionamento do governo. No entanto, fica em 44º lugar entre 200 países quando a participação política é avaliada. Luta-se pela democracia e não se usa ela depois. “Na versão brasileira, a democracia não começa na urna: termina nela [...]. Voltamos às urnas [...] para eleger a mesma combinação de ineptos e corruptos. [...] um dos sinais da loucura é continuar fazendo a mesma coisa e esperar que o resultado seja diferente” (VEJA, 2015, p. 76). Essa introdução é apenas uma chamada para o assunto principal e mostra que é responsabilidade de cada um, principalmente de “gente instruída e preparada [...] que] aqui parece achar que o problema não é com ela [...] essa **apatia** quando o tema é a educação nacional. [...] Como podemos deixar que nossas escolas sejam as **porcarias** que são?” (*Ibid.* as palavras grifadas atendem aos preceitos da análise de conteúdo proposta por Bardin, 1971 e não constam do original).

Para confirmar a qualidade ruim das escolas, Ioschpe diz: “**Se você colocasse o seu filho em uma escola pública**, o desempenho dele cairia **só** 10% a 20% [...]. Claro que temos [...] excelentes escolas particulares e públicas também [...] em geral, as escolas públicas são **péssimas**, e as privadas, apenas **um pouco menos ruins**” (*Ibid.*). O autor inicialmente pressupõe que os filhos dos leitores estudam em escolas particulares. Mostrando que ele sabe, claramente, que tipo de público lê a revista. Elogia ‘algumas escolas’, para não deixar o leitor desesperado (a escola do filho do leitor é a menos ruim -, é o que fica implícito na mensagem), mas, ao generalizar classifica-as como ‘péssimas’ e ‘um pouco menos ruins’. Então, o autor questiona o leitor: “**porque você não faz nada?** Certamente **você se importa com a qualidade** da educação **que seu filho vai receber**, não? [...] desculpe, mas **tempo você tem**” (*Ibid.*). As palavras destacadas apontam a forma direta como o autor questiona a ação do leitor. E o desafia

¹⁶ Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/2432?page=76§ion=1&word=Por%20que%20voc%C3%AA%20n%C3%A3o%20faz%20nada%3F>. Acesso em: 24/10/2016.

construindo duas alternativas inviáveis (já que poucos podem mandar os filhos para a Suíça): “Você **planeja mandar** seus filhos **para a Suíça** ou eles **morarão no país que você construir?** Caso o plano seja continuar **por aqui, que tal arregaçar as mangas?**” (*Ibid.*). E justifica essa chamada de atenção: “o **cidadão apático** é o viabilizador dos maus líderes”. Assim, Ioschpe convoca o cidadão brasileiro a participar.

Por que nossos líderes não implantam, por exemplo, um **sistema que consiga alfabetizar todos os alunos no 1º ano?** [...]. **Por que o fariam?** [...] Os pais e alunos **nem sabem quão ruim é sua escola** e, quando descobrem, deixam por isso mesmo. Há muitos casos que **nem Freud explica**, em que **pais e alunos defendem greves absurdas** de professores, que prejudicam enormemente o aprendizado de nossos jovens. A mensagem para os líderes bem-intencionados é clara: **convém não fazer nada. Ninguém vai reclamar. Se o seu prefeito ou governador soubesse** que você valorizaria uma ação mais incisiva, a maioria deles **tomaria as suas dores**, não tenha dúvida (VEJA, 2015, p. 77).

Nesse contexto, o autor mostra aos leitores que é preciso incomodar, inspecionar, cobrar dos governantes, e que a inércia impede as melhorias que evidentemente surgiriam caso alguém cobrasse. Segundo o autor, há políticos bem-intencionados (onde?), mas que não possuem clareza da insatisfação do povo. Ele sugere, ainda (indiretamente), que é inadmissível apoiar greves de professores pois, nem “Freud explica esse tipo de ação”. Ou seja, sugere uma forma de agir para os pais diante de uma greve (ser contra). Então o autor sugere ações práticas para a tomada de posição os pais:

- ✓ Primeiro – fazer o dever de casa: “escola boa não é a escola perto de casa: **casa boa é a casa perto da escola**, isso sim”. Então sugere que o **Enem e o Ideb** sejam usados como resultados de avaliação **para mensurar a qualidade da escola**. Também visitar a escola e conversar com pais e alunos. Indícios de uma boa escola é que o diretor receba os alunos no portão, visite as salas de aula e dialogue com os pais. Sugere que se valorize a estrutura da escola, mas, não considerar melhor àquela com muitos aparatos tecnológicos, pois não garantem qualidade. Sugere observar **como a escola seleciona os professores** (o ideal é uma banca examinadora e não os que apresentam bom resultado em um concurso). O que é uma crítica aos professores de escolas públicas, geralmente selecionados por meio de concurso. Avaliar como a escola diferencia seus professores (os melhores dos piores). E **fugir de escolas que**

tratam “os desiguais de forma igual”. Olhar ainda se a escola estabelece e comunica **metas claras de aprendizagem**: que conteúdo, habilidades é preciso dominar em cada matéria, período, ano de curso.

- ✓ Segundo: depois de escolher a escola não se pode “relaxar e terceirizar. Precisam ter certeza de que **o filho está recebendo dever de casa**, diariamente, e que seus deveres **estão sendo corrigidos**”. Verificar se **há provas**, para as quais **os alunos devem estudar**, já que a memória de longo prazo vem com a repetição contínua (?). Portanto, “evitar escolas com avaliação ‘moderna’, tipo autoavaliação, trabalhos em grupo etc. Já disse um sábio que o único lugar em que o sucesso vem antes do trabalho é o dicionário”. Então, o autor aconselha os pais dizendo que se ele leva o filho viajar em época de escola, **porque lhe é mais prático e cômodo**, não pode cobrar depois que **o filho valorize o estudo**. Os filhos copiam aquilo que os pais **fazem**, não o que dizem. Sugere ainda que os pais se atentem para que **o filho trate professores e colegas com respeito** e que **sempre compareça às reuniões** da escola. Nesse momento, o autor dá um ‘puxão de orelha’ no comprometimento dos pais com a qualidade de aprendizagem dos filhos, pois estabelece compromissos que geralmente os pais não cumprem. Em seguida, aconselha: “Depois de fazer isso pelo seu filho, **faça-o por alguém** que terá dificuldades de fazer o mesmo”. Se não for assim, doe dinheiro a instituições que buscam educação de qualidade: “Fundação Lemann, Roberto Marinho, Estudar, Instituto Ayrton Senna, Insper, Todos pela Educação... Essas eu conheço e recomendo, mas procure aquela que se encaixa na sua filosofia”. Salienta-se que o autor faz parte de algumas dessas instituições, inclusive como membro fundador.
- ✓ Finalmente - “vote direito: [...] vote em quem entrega resultado, medido pelo Ideb” (VEJA, 2015, p. 78). E o autor conclui que não precisa ser especialista para fazer a diferença. É preciso agir, falar, reclamar, estudar as propostas de cada um. Quem entrega valores de aprendizagem é o melhor candidato.

Assim, o autor sugere ações para as famílias, apontando a direção em favor da melhoria do quadro educacional do país. Sem deixar de advogar em favor das

instituições que apoiam a causa educacional, sendo que algumas delas levam seu nome no corpo de sua constituição administrativa.

➤ **Texto 8: “Vá pra China, Cid”**

A edição 2410, de 2015, sob o título “Vá pra China, Cid”¹⁷, publica um texto que inicialmente parece uma crítica a Cid Gomes, mas, ao contrário, elogia o ministro da Educação, sobretudo porque foi ele o prefeito que iniciou uma significativa melhora em Sobral (no Ceará), principalmente na alfabetização. Mas, segundo Ioschpe, mesmo uma pessoa esclarecida quando se engaja em uma máquina burocrática e intelectual, como o governo, e discorda do que ouve e vê é considerado de “outro planeta” (VEJA, 2015, p. 84). Ele sugere, então, que Cid Gomes vá para a China ver como funcionam as coisas por lá. E afirma que só há duas formas de sair desse impasse:

- ✓ A primeira é lendo pesquisa empírica, que não aponta teorias, mas diferentes práticas (como os textos de sua própria autoria), comumente consideradas ‘reducionistas’ “uma **pessoa ideologizada acha** que todas as outras pessoas do mundo também são ideologizadas”. Há uma crítica muito direta para quem não valoriza o que o autor faz: apresentar os dados de forma clara e simplificada. Essa pessoa não sabe, ela *acha*, porque é ideologizada. Nesse aspecto, o autor também se defende das intenções que podem estar ocultas pela sua ação: “Já ouvi muita gente me perguntando se minha **intenção secreta** com os **artigos críticos** sobre nossa educação é **privatizar todo o sistema de ensino** [?!]” (*Ibid.*). Assim, mais uma vez, a inocência do discurso crítico [que nunca é neutro] é apresentada por Ioschpe.
- ✓ A outra forma é mostrando exemplos de sucesso por caminhos diferentes. E o mais instrutivo é o exemplo “chinês, especialmente da província de Xangai, o primeiro lugar do mundo no último Pisa” (*Ibid.*).

¹⁷ Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/2410?page=84§ion=1&word=V%C3%A1%20pra%20China%2C%20Cid>. Acesso em: 30/10/2016.

O autor diz que a relevância de seguir Xangai está na semelhança das necessidades: eles também precisavam criar um país desenvolvido sem ter gente capacitada e nem professores para dar essa capacidade. Mas, segundo o autor, não adianta copiar práticas de outros países “se no nosso não há gente com qualidade suficiente para implementá-los. A China entendeu isso muito bem. [...] seu funcionamento continuado vem gerando melhorias, que em algumas áreas, **colocam a China à frente de todos os demais países**” (*Ibid.*). Assim, o autor destaca o porquê é importante seguir o modelo chinês. E aponta que processos a China colocou em prática para alcançar o sucesso, enumerando cinco passos:

- ✓ Se não tem qualidade, foque no esforço. Os professores bem preparados (**como os alemães e franceses**) precisarão de apenas 2 ou 3 horas por semana de qualificação. Os despreparados (**como os chineses [e os brasileiros]**), o dobro ou triplo disso. Implicitamente o autor sugere que esse caso também é o brasileiro: não há preparo do professor em momento algum por aqui. Para os alunos também: é normal que alunos chineses “**comecem o dia letivo às 7 da manhã, fiquem na escola em dois períodos, voltem para casa e continuem estudando** até ir dormir [...] depois de 10 ou 11 anos frequentar escolas de **reforço durante os fins de semana**” (VEJA, 2105, p. 85). O aluno brasileiro não faz isso, eis o modelo a seguir.
- ✓ Incentivo à meritocracia e à hierarquia: “certifique-se de que todos – **professores, alunos, diretores, gestores públicos** – têm um incentivo para **gerar melhorias** no sistema e que as **ambições são altas**” (*Ibid.*). Então, o autor explica que para alcançar sucesso o esforço do aluno é muito importante. Se ele tiver um desempenho “**top**” vai para a melhor universidade, mas, para isso terá de ter passado por um ensino médio de excelência e assim retrocessamente. Há escolas-chave na China, as melhores de cada cidade, do estado e do país. Para os professores, não há progressão natural na carreira. É preciso treinamento, alunos que aprendam mais, participar de concursos nas três instâncias para ser promovido. A mesma coisa ocorre com o sistema administrativo: diretores e burocratas. Os melhores de cada área vão para Pequim trabalhar no ministério. “O céu é o limite: **sempre há alguma razão**

para você ser melhor” (*Ibid.*). Nesse contexto, Ioschpe apresenta a meritocracia como meta de desenvolvimento em todos os setores da escola. A China mostrou que funciona, embora a sociologia da educação desde os anos 1960 tenha mostrado que ela está na base de uma escola desigual e injusta.

- ✓ O segredo é copiar o que deu certo, não inventar nada. “Os chineses mandaram – e **continuam mandando** – **suas melhores cabeças** para **todo país em que algo de bom** está sendo feito. **Copiam** sem pruridos nem remorsos” (*Ibid.*). A China manda seus destaques para olhar os outros países em que coisas boas estão sendo feitas, e copiam esses modelos, sem cometer os erros dos outros, já que se valem da experiência deles. Se não é viável aplicar aquilo na China, adaptam às necessidades próprias. Fica implícita uma clara sugestão ao Brasil sobre não inventar novas leis e formas de modificar o sistema educacional. Basta seguir o modelo chinês e adaptá-lo ao Brasil.
- ✓ “**Explique à população o porquê** de tudo isso. Ninguém faz **tantos sacrifícios** se não tiver um **objetivo claro e desejável**” (*Ibid.*). A China quer voltar a ser uma grande potência mundial. A educação (que é muito importante) faz parte de um projeto maior. A mensagem implícita é que a população brasileira não tem esse objetivo. Não há porque querer participar de algo que ninguém deseja e nem sabe para onde vai.
- ✓ Compartilhar as boas práticas é a última abordagem a seguir do modelo chinês. Lá, os mecanismos de divulgação dos exemplos de sucesso são disseminados. “Em quase todo sistema educacional de grande escala – e isso se aplica ao Brasil –, é provável que haja **um professor dando a aula perfeita**. Nos **países incompetentes**, só ele e seus alunos saberão disso” (*Ibid.*). Pela primeira vez, em todo o seu discurso, o professor (também o brasileiro – embora apenas alguns deles) apareceu como bom, não sem ser acompanhado de uma crítica ‘estar num país incompetente’. O autor sugere que haja grupos de estudo e premiações para disseminar as boas práticas pelo país.

Então, para terminar, o autor sugere jogar ‘tudo isso no liquidificador’ para alcançar um sistema educacional duro, desafiador e incrível. Diz que se pode encontrar

detalhes sobre o sistema chinês e as possibilidades de adaptação em seu livro “*O que o Brasil Quer Ser Quando Crescer?*”. Também rebate imediatamente as críticas que poderão vir contra as suas ideias: a China é uma ditadura, os professores e a educação são valorizadas, seguem uma cultura oriental. Mas, a todos os que forem contra, o autor reforça que também as repartições públicas e as escolas se oporão, portanto, muitos sempre serão contras. Mas, ataca: “Enquanto continuarmos com **nossa alta tolerância ao fracasso** educacional e nosso **complexo de vira-lata**, é de gente assim que o país **precisará** para não sair dos trilhos (que levam ao penhasco)” (*Ibid.*). Ou seja, sugere que sem uma intervenção drástica não haverá melhoria, ao contrário, a persistência do fracasso é certa.

➤ ***Texto 9: “Universidade gratuita para aluno rico é uma aberração brasileira”***

A edição 2335, de 2013, traz um artigo intitulado “Universidade gratuita para aluno rico é uma aberração brasileira”¹⁸, que aponta a errônea interpretação do brasileiro associando público com gratuito.

Nenhuma dessas pessoas vai ao Correio e espera **mandar um Sedex de graça** nem passa em postos da Petrobrás imaginando **pagar a gasolina com espírito cívico**. O fato de **ser público não tem relação com gratuidade**. Na maioria dos **países desenvolvidos**, as **universidades públicas cobram mensalidades** (VEJA, 2013, p. 98).

Essa relação entre o público e o gratuito não é obrigatória, e em países desenvolvidos cobra-se mensalidade nas universidades públicas (o autor cita Canadá, França, Itália e Japão). O sistema não oferece riscos, visto que funcionam bem nos países citados. É possível implantar a cobrança de mensalidade no ensino público universitário sem injustiças. Muitos pensam que “criaria grande **risco de deixar gente pobre de fora** e ainda **renderia pouco aos cofres públicos**. Ora, **se isso fosse verdade**, os países com **os melhores sistemas educacionais do mundo não o teriam adotado**. Ao aluno que não puder pagar o autor sugere solicitar a gratuidade e conseguir bolsa. “**Institui-se a cobrança** de uma mensalidade, e **quem não tem condições de pagá-la** procura a sua universidade em **busca de abatimento**. O **desconto** pode, inclusive, ser **superior a 100%**, dando não apenas gratuidade como **auxílio de custos** a estudantes pobres”. O autor menciona que desenvolveu pesquisa

¹⁸ Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/2335?page=98§ion=1&word=Universidade%20gratuita%20para%20aluno%20rico%20C3%A9%20uma%20aberra%C3%A7%C3%A3o%20brasileira>). Acesso em: 14/10/2016.

(e disponibiliza seu *twitter* para conferência) baseada no perfil socioeconômico dos alunos da USP e na mensalidade paga por eles no ensino médio e chegou à conclusão de que caso pagassem o mesmo valor que pagam ao ensino médio para a universidade “seria possível arrecadar mais de 7,4 bilhões de reais por ano” (VEJA, ed. 2335, 2013, p. 99). O financiamento das universidades seria obtido dos próprios alunos.

Ioschpe cita que há somente 10 alunos para cada professor nas universidades públicas, e que estes viraram cabide de emprego, pois a maioria dos professores recebe como se fosse pesquisador em tempo integral, mas, na verdade uma minoria o é. Baixar os salários e pagar remuneração extra aos pesquisadores por produtividade é o seu conselho, além de investir na área de extensão para beneficiar o setor produtivo brasileiro. O valor economizado pelo Estado, já que as universidades iriam dispensar custos extras, poderia servir para reduzir os impostos pagos pelo povo. “O objetivo de um sistema de tributação justo não é ser um toma lá dá cá, em que você paga de um lado e recebe de outro, mas sim **fazer a redistribuição de renda**, em que **os mais ricos ajudam os mais pobres**”. Diz o autor que “só em matemática dois negativos fazem um positivo. Não é com a **injustiça de uma universidade gratuita até para gente rica que vamos consertar** a injustiça maior de **um estado incompetente**. Precisamos mudar as duas pontas” (*Ibid.*).

Dessa forma, o autor apresenta a sua ideia central, depois defende essas ideias apontando seus possíveis empecilhos e vai descontruindo um por um dos argumentos contrários. Em seguida, assinala o quanto os benefícios de sua ideia podem ser positivos para o povo brasileiro. Considerando-se que a maioria dos brasileiros é pobre, o número de beneficiados pela redistribuição de renda sugerida pelo autor é altamente sedutor aos leitores. O autor reconstrói, assim, um cenário político-educacional de sucesso para o Brasil a partir de suas sugestões.

➤ **Texto 10: “O que podemos copiar da educação chinesa?”**

A edição 2250, de 2012, sob o título “O que podemos copiar da educação chinesa?”¹⁹ aborda os relatos de Ioschpe sobre sua visita à China, mostrando que a receita de sucesso abrange “**o pragmatismo, a meritocracia, o coletivismo, o**

¹⁹ Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/2250?page=78§ion=1&word=O%20que%20podemos%20copiar%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20chinesa%3F>. Acesso em: 02/11/2016.

gradualismo e a abertura ao exterior” (VEJA, 2012, p. 80). E exemplifica cada um desses contextos, afirmando que o Brasil não pode copiar a receita chinesa, mas pode adaptar muitas políticas públicas após fazer testes em pequena escala em algumas cidades ou estados. O pragmatismo é mostrado pelo autor em relação ao professor. A China não tinha bons mestres em número suficiente, então, aumentou o número de alunos por sala (de 40 a 50 alunos por sala) e preferiu ter mais alunos em contato com um professor bom, do que poucos com um professor ruim.

Além disso, diminuiu radicalmente o “**número de funcionários administrativos**”. Se o principal é o professor, o “que é **menos importante** precisa ser **sacrificado**” (*Ibid.*, p. 78). O Brasil tem 1,5 funcionário para cada professor, a China 0,28. Quanto ao salário do professor a China aplicou a equação de “tratar os diferentes de forma diferente” (*Ibid.*). A remuneração básica do professor é pouco atrativa, e ela pode ser aumentada por meio do desempenho dos alunos e pelas avaliações de colegas e diretores sobre o docente. Mas também candidatando-se a um nível superior, alcançado por meio de cursos de treinamento, de modo que o aumento salarial aparece como uma contrapartida. A **meritocracia** é valorizada por todos, de professores a alunos, de diretores a governo, de acordo **com o que agrega ao sistema**.

O governo manda seus melhores intelectuais e funcionários para **selecionar o que de melhor acontece no mundo e trazer** para a China. O gradualismo chinês desenvolve experiências micro e dissemina para as macrorregiões aquelas que deram certo, até se transformarem em política nacional; impedindo “**falhas como o Enem**, por exemplo” (*Ibid.*, p. 79). O coletivismo também é uma marca chinesa. “O sistema está organizado em círculos concêntricos, que se ‘abraçam’ e se polinizam constantemente [...]. Todos competem e todos se ajudam” (*Ibid.*). Nas escolas chinesas há médicos e enfermeiras anualmente para fazer exames básicos. **Em São Paulo**, em testes realizados, “**mais da metade dos alunos (!) tinha problemas** de visão, audição, fala, sobrepeso e desnutrição que atrapalhavam seu desempenho educacional” (*Ibid.*). Ou seja, trata-se de uma declaração do autor de que a sugestão chinesa para essa iniciativa teria bons resultados no Brasil.

Há também **treinamento institucionalizado** de uma semana nas férias de verão e dois dias nas de inverno para todos: diretor, professor e burocratas. O governo cria metas de longo prazo, e alcança seus objetivos, justamente porque faz um planejamento cuidadoso, como “**abrir 100 universidades de nível internacional**” (*Ibid.*). Além disso, selecionam o material didático, tem um currículo padronizado, que aponta o que

deve ser ensinado em cada aula; “**objetivos claros de habilidades e conhecimentos** que o aluno deve dominar a cada semestre. Na maior parte do mundo é assim; **o Brasil** é um dos poucos lugares em que **prevalece a ideia de que é democrático que cada professor e escola decidam o que ensinar e como**” (*Ibid.*). Observa-se aqui uma crítica realmente à política que o Brasil adota como currículo.

Diante desse quadro (catastrófico) o autor apresenta uma inovação chinesa. Quando as tentativas fracassam e **uma escola não atinge um bom patamar de qualidade, ela é administrada por uma escola de sucesso**. Se em dois anos apresentar melhora, a escola que a administrou ganha um prêmio em dinheiro para melhorias a serem aplicadas em sua instituição. Há 50 escolas na China sendo administradas por outras escolas. Essa é a receita de funcionamento do melhor sistema educacional do mundo. Considerando as observações do autor, ele traça um perfil de adequações da China para o Brasil e apresenta abaixo desse texto um quadro-resumo sobre como funciona na China e como poderia funcionar no Brasil esse esquema de qualidade educacional. Ou seja, ele sintetiza, de forma simplificada, a densa reportagem, apontando para o leitor um esquema visual fácil de entender e aceitar. A tentativa de convencimento se dá sem maiores detalhes, considerando que a reportagem menciona que isso tudo foi visto e pesquisado *in loco* pelo autor. Ora, paira sobre sua legitimidade a pertinência dos propositivos por ele defendidos.

➤ **Texto 11: “Precisamos de educação diferente de acordo com a classe social”**

A edição 2225, de 2011, sob o título “Precisamos de educação diferente de acordo com a classe social”²⁰, apresenta as ideias de Ioschpe sobre o cenário brasileiro e sua sugestão aos congressistas brasileiros de criar uma lei para colocar na porta de cada escola o resultado obtido pelo Ideb na unidade. Ele também defende que todos os pais devam saber a qualidade da escola que o filho frequenta e, que, hoje, esse resultado está escondido em um *site* do Ministério da Educação. Além de informar a população que sequer sabe o que é o Ideb, vai evidenciar a “inércia da sociedade brasileira em relação às nossas escolas” (VEJA, 2011, p. 108). Então o autor fala da aceitação dessa proposta

²⁰ Disponível em: <https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/2225?page=108§ion=1&word=Precisamos%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o%20diferente%20de%20acordo%20com%20a%20classe%20social>. Acesso em: 03/11/2016.

por alguns estados brasileiros, que passaram a criar leis para executá-la, e da aceitação de veículos de comunicação como: “a *Folha de S. Paulo*, o Grupo RBS, o Grupo ORM, e o Jornal *O Globo*” (*Ibid.* grifos do autor). Vale salientar que Ioschpe é membro do Conselho de Administração do Grupo RBS, afiliada da TV Globo para o Sul do país e colunista do jornal *Folha de S. Paulo*. Nesse contexto, essas mídias talvez apoiem o autor pelo seu relacionamento com as empresas, e não, necessariamente, por concordar com suas ideias e proposições. Mas, destaca o autor que há dois grupos de resistências às suas ideias, e enumera:

- ✓ O objetivo do aluno pobre não é aprender, é estar na escola: além de um preconceito, equivale a dizer, “como muitos que defendem a escola de tempo integral [...] é **como se os pobres fossem bárbaros e a função da escola fosse civilizar a bugrada**” (*Ibid.*, p. 109). O autor defende que a visão da educação como **inclusão, é garantir a qualidade de aprendizado dos alunos** pobres, para que eles tenham oportunidades reais de uma vida produtiva em sociedade, com igualdade de conteúdos e competências dos ricos. No entanto, o autor não diz como é possível fazer isso, já que as dificuldades das escolas brasileiras não são avaliadas.
- ✓ A divulgação dos resultados do Ideb causaria estigma a professores e alunos: o professor é “um adulto, que escolheu a profissão que quis trilhar e é pago para exercê-la [...], a educação existe para o aluno” (*Ibid.*). Nesse contexto, o autor reforça que o professor “é uma ferramenta – importantíssima – para o aprendizado. Mas, ele é um meio, não um fim em si. **Se o professor estiver satisfeito e motivado e o aluno ainda assim não aprender, a escola fracassou**” (*Ibid.* p. 110). **O esforço não importa mais do que o resultado.** O importante é a aprendizagem. O autor reconhece que é mais difícil ensinar alunos com dificuldades sociais, mas, a China mostra que é possível.

A China mostra que a ideia de que não **pode haver educação de alto nível em cenário de pobreza** é balela. No último Pisa, a província chinesa de Xangai, que tem nível de renda per capita muito parecida com o brasileiro, deu um show (*Ibid.*).

Assim, os argumentos contrários as ideias do autor são prontamente desmontadas. Ele aponta que o Brasil não sabe ensinar alunos pobres. E então retoma o título do artigo: “precisamos, sim, de ensino e padrões diferentes para ricos e pobres [...], precisamos que a escola dos pobres ensine mais que a dos ricos. É difícil? Muito” (*Ibid.*, p. 112). Então, dá o golpe final de convencimento para o leitor: “um país não pode ser melhor, mais rico e mais bem preparado do que as pessoas que o compõem” (*Ibid.*).

O que se observa, de forma geral nos textos de Ioschpe, é que, no ano de 2011, como aponta este último texto, a linguagem era mais suave, menos agressiva ao leitor e à crítica de sua *inércia, passividade, apatia*, para usar as palavras do próprio autor. Ioschpe vai gradativamente intensificando suas ideias e, com o passar do tempo (de 2011 a 2015), essa linguagem se inflama, é mais direta, se torna mais áspera. Em 2015, por exemplo, o autor diz: “como podemos deixar que nossas escolas sejam as **porcarias** que são? (VEJA, 2015, p. 76)”. Já se observa aí um apelo, uma chamada ao leitor a participar, a agir, além de um juízo claro de valor. Os convencimentos vão acontecendo e sendo progressivamente reforçados. Os assuntos vão sendo aprimorados, intensificados em seus debates, mas, consistem em reforçar as mesmas ideias. Para Lima (2004), um meio de comunicação dominante consegue estabelecer um enquadramento cognitivo como realidade, repetindo argumentos tantas vezes quanto possível.

Percebe-se que Ioschpe tem a intenção de desconstruir a ideia de que no Brasil há qualidade educacional, e implantar a necessidade de haver mudanças, **indispensáveis** para que isso realmente ocorra. Talvez, as atuais conjunturas políticas de hoje, 2016, sejam a prova de que as ideias do autor estão sendo implantadas pelo governo, ou minimamente sejam reflexos dessa intervenção midiática no imaginário político dos brasileiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo, que teve por objetivo investigar em publicações semanais da Revista Veja, no período compreendido entre os anos de 2011 a 2015, os discursos predominantes sobre educação no Brasil; apoiou-se em metodologia qualitativa, por meio de recolhimento de dados submetidos à análise documental. Para tanto, tendo como referência o método da análise de conteúdo, proposta por Bardin (1971).

Em relação ao primeiro objetivo específico, que constitui em listar as edições da Veja que apresentaram artigos voltados à educação no Brasil, escritos por Gustavo Ioschpe e identificar o principal enfoque, obteve-se 32 textos do autor, entre 2011 e 2015. Os enfoques voltaram-se ao cenário educacional do Brasil de forma crítica, apontando possibilidades de agrupamento por temática de discussão.

Reunir os textos por ideias centrais formando focos textuais e selecionar textos que representassem cada foco foi o segundo objetivo específico do projeto que permitiu o agrupamento de textos em três focos principais: A política brasileira e as propostas para a educação analisadas pelo autor com as respectivas sugestões; crítica aos professores, à escola, à forma de ensinar e aprender; e, os exemplos educacionais que o Brasil deveria ou não deveria seguir no que concerne ao ensino básico e superior.

O terceiro objetivo específico consistiu em analisar esses focos textuais quanto à argumentação/persuasão do discurso. Nesse contexto, salienta-se que no bloco de viés político de Ioschpe mostra que o governo brasileiro não está comprometido e não é coerente nas propostas que implanta, já que as (poucas) atitudes benéficas à educação estão sendo cortadas, como é o caso do Fies. Programa que, a seu ver, deve ser ampliado e defendido, pois possibilita o acesso (único para quem é pobre) à universidade. Para o autor, governo bom é aquele que defende o 'seu' (do autor) modo de pensar a educação brasileira. De forma indireta, Ioschpe afirma que a esfera federal possui pouco poder para resolver a qualidade educacional do país, portanto, condena o plano governamental que prevê a aplicação de 10% do PIB na educação. A desconstrução do autor envolve a falta de qualidade das ações do governo e a ineficiência da intenção que aumentar os gastos do país com educação terá sobre a qualidade da aprendizagem.

No grupo focal de crítica aos professores, à escola, à forma de ensinar e aprender, Ioschpe utiliza argumentações com o objetivo de desconstruir a imagem do

professor, apontando que o docente criou um cenário de vitimização, sendo inútil tentar convencê-lo disso. O ‘coitadinho’ que ganha pouco e faz muito é desmistificado e aponta para a imagem de quem faz pouco e não se esforça tanto quanto deveria considerando o salário que recebe. O autor resume a carreira profissional em etapas: o professor sai da universidade, passa em um concurso (método que o autor condena), chega às salas de aula e, na maioria dos casos, fracassa (o aluno não aprende). Apesar de passiva até o momento, a sociedade vai se dar conta disso, pois os investimentos de 10% do PIB não vão melhorar a qualidade da educação do país, e então é possível que passem a cobrar qualidade do professor. Nesse contexto, o autor aponta a escola como utópica (porque tomou para si a função de corrigir a desigualdade prometendo algo que não pode cumprir, ou seja, a qualidade do ensino escolar poderá transformar o cidadão brasileiro em um profissional competente), desfocada (tem conteúdo demais para ensinar) e sem futuro para o aluno, principalmente o aluno pobre (já que não oferece condições de aprendizagem capazes de igualar o pobre à condição do aluno rico). No país prevalece a lei do malandro e não do CDF. O brasileiro não é ambicioso e nem aprende a ser. O autor condena, portanto, o atual sistema educacional em todas as dimensões que o compõem, desconstruindo com veemência a qualidade de cada um dos seus componentes.

No grupo focal sobre os exemplos a serem seguidos pelo Brasil para melhorar a qualidade do ensino, o autor utiliza a China para sugerir ações ao governo brasileiro e corrigir os problemas da baixa qualidade educacional. Segundo Ioschpe, o povo precisa incomodar, inspecionar, cobrar dos governantes, já que a inércia impede melhorias. Ele aponta as receitas chinesas para o Brasil: focar no esforço (é preciso estudar mais, mas o autor é contra a escola integral); observar meritocracia e hierarquia (que possuem etapas concorridas e de aperfeiçoamento para professores, alunos, diretores e gestores públicos); copiar de outros países o que deu certo e adaptar o que não se pode copiar integralmente (abertura ao exterior); convencer o povo a apoiar os projetos a serem implantados (ninguém defende uma causa de outrem); divulgar experiências de sucesso, implantando as ideias, primeiro em menor escala e depois gradativamente em todo o sistema educacional (os brasileiros não fazem isso).

Segundo ele, na maioria dos países desenvolvidos, ao contrário daqui, não há relação entre o público e o gratuito. Universidade gratuita para alunos ricos é uma ‘aberração brasileira’, já que em países desenvolvidos cobra-se mensalidade nas universidades públicas. Segundo Ioschpe, o sistema não oferece riscos, nem injustiças.

Ele enfatiza que o Brasil não sabe ensinar alunos pobres, que precisam de ensino e de padrões diferentes dos ricos. Assim, a escola dos pobres deveria ensinar mais que a dos ricos para suprir a diferença social. O autor reconstrói a imagem educacional, apresentando para o imaginário do leitor um plano que irá resolver os problemas de estrutura e qualidade, sobretudo com melhores professores, solucionar entraves de políticas públicas e de gestão escolar. E o maior beneficiado será o país, pois diminuirá a desigualdade social, terá impostos reduzidos, elevará o número de pessoas com formação superior, e tudo isso, com qualidade – para atender ao mercado de trabalho e atingir o patamar que o Brasil precisa para ser um país desenvolvido.

Assim, ao responder à questão de pesquisa deste estudo: *“Quais são as temáticas sobre educação apresentada pelas reportagens selecionadas da Revista Veja considerando-se o cenário educacional brasileiro”*, pode-se afirmar que o autor dos textos analisados defende temáticas voltadas ao pragmatismo, meritocracia, coletivismo, gradualismo e a abertura ao exterior, conforme exemplos trazidos do sistema educacional chinês. No entanto, ao olhar para sua *“formação curricular e para sua experiência real com a rotina educacional do país”*, conforme questiona a segunda pergunta de pesquisa, observa-se um currículo *vitae* voltado à economia, um tempo extenso de convivência fora do Brasil, e nenhuma experiência com as rotinas e os verdadeiros impasses vividos pelas escolas no território nacional.

Por conseguinte, os pressupostos deste estudo também são confirmados, já que se pressupõe *“que o discurso na Revista Veja seja uníssono, considerando o modo de pensar de todos os seus autores sobre o sistema educacional no Brasil”*. Todos os autores que publicaram artigos sobre a educação no Brasil no semanário Veja foram considerados como fonte possível ao estudo, observou-se que seus discursos reiteravam as ideias de seu principal escritor, Gustavo Ioschpe, e por isso este último foi selecionado para o estudo. A influência que as obras procuram alcançar junto à opinião pública polemizando e apresentando estratégias de ação para assuntos voltados à educação é notável e clara nos artigos.

Também se pressupôs, *“que as fontes de dados apresentados nos artigos do semanário não são disponibilizadas no original e, que seus dados são simplificados para o leitor”*, conforme prevê a teoria sobre a função e os interesses midiáticos. Nesse interim, observou-se que Ioschpe mencionou ao longo de seus 11 artigos, diferentes fontes, inclusive de pesquisas aplicadas internacionalmente, mas nenhuma delas faz menção à vasta produção da sociologia da educação e de outras áreas. Além disso, ele

disponibiliza o endereço do próprio *twitter* para a conferência dos dados, ao invés do endereço original da pesquisa. Muitos dos dados são opiniões e experiências pessoais do autor, bem como muitos percentuais, relatórios, pesquisas e estudos relacionados nos artigos são citados sem a fonte consultada. De maneira geral, suas ideias e os resumos destas são apresentados em forma de ideias-chave, gráficos ou de quadros, que sintetizam os argumentos usados para construir o texto. O que corrobora com as afirmações de Aldé e Dias (1998, p. 86) de que os meios de comunicação buscam não “sobrecarregar intelectualmente o indivíduo com a necessidade de comprovação, evidência e demonstração do processo de julgamento”. Ioschpe faz essa simplificação de dados para o leitor, atendendo aos interesses relacionados a esse discurso.

Avaliando o discurso dos artigos e reiterando o fato de que não há discursos neutros, embora o autor procure passar essa imagem para o leitor, é imprescindível questionar: o que ganha o autor com as críticas à educação? Quais são seus objetivos em relação à política brasileira, já que para tratar de assuntos voltados à educação, sua *bandeira* direciona-se justamente às políticas públicas e não ao modo de agir na escola pontualmente? Há de se considerar a possibilidade de vê-lo (Gustavo Ioschpe) na composição do governo brasileiro? Cabe aos brasileiros, cidadãos que o autor aponta como aqueles que não possuem “voz nem vez no debate político nacional” (VEJA, ed. 2331, 2013, p. 105), construir, cada um com sua capacidade de interpretar a realidade em que vivem, um posicionamento pessoal ante o assunto, de forma crítica, mas, não sem antes avaliar a intenção do discurso.

REFERÊNCIAS

ALDÉ, Alessandra. As eleições presidenciais de 2002 nos jornais. **Alceu Revista de Comunicação, Cultura e Política**, PUC-Rio, v. 3, n. 6, jan./jun. de 2003.

_____. **A construção da política – Cidadão comum, mídia e atitude política**. 2001. 254 f. Tese (Doutorado em Ciência Política)- IUPERJ, 2001.

_____; DIAS, Heloisa. Intervalo surpresa: spots eleitorais na campanha municipal de 1996. **Comunicação e Política**, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p. 83-100, jan.-abr. 1998.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1971.

BARTH, Fernanda. Mídia, política e pesquisas de opinião pública. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 26-48, jul.-dez. 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/2472-9381-1-PB.pdf>. Acesso em: 28 set. 2016.

BRASIL. **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq**. 2016. Disponível em: http://www.cnpq.br/web/guest/apresentacao_institucional. Acesso em: 16 nov. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 ago. 2016.

BRUNHOFF, Suzanne. **A hora do mercado, crítica do liberalismo**. São Paulo: UNESP, 1991.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino: imprensa e ideologia: o Jornal O Estado de S. Paulo**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CARVALHO, Nelly. Publicidade. **A linguagem da sedução**. São Paulo: Ática, 2000.

CASTRO, Cláudio de Moura. **O despertar do gigante: com menos ufanismo e mais direção, a educação brasileira acorda**. Belo Horizonte: MG-Ed. Universidade, 2003.

FONTOURA, Morgana Camargo. Cenários de Representação: mídia e política nas eleições municipais em Porto Alegre (2000). 2002. 115 f. **Dissertação** (Mestrado em Ciência Política)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GONZALES, Lucilene. **Linguagem Publicitária: análise e produção**. São Paulo: Arte e Ciência, 2003.

GUAZINA, Liziane. O conceito de mídia na comunicação e na ciência política: desafios interdisciplinares. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 49-64, jul.-dez. 2007.

HINCHMAN, Levis P.; HINCHMAN, Sandra K. (eds.). **Memória, identidade, comunidade**: a ideia de narrativa nas ciências humanas. Albany, NY: Universidade Estadual de Imprensa, NY, 1997.

IOSCHPE, Gustavo. **Conheça o especialista em educação Gustavo Ioschpe**. Redação do JN no ar. 16 de maio de 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/platb/jnespecial/2011/05/16/conheca-o-especialista-em-educacao-gustavo-ioschpe/>. Acesso em 27 de set. 2016.

_____. **Contrate Palestras**. 2016. Disponível em: <http://contratepalestras.com.br/palestrante.php?palestrante=633&n=gustavo-ioschpe>. Acesso em 27 set. 2016.

KISHIMOTO, Tizuko, M. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a Educação**. 14ª ed. São Paulo, Editora Cortez, 2011.

LIMA, Venício A. **Mídia: teoria e política**. 2ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **Mídia: Crise Política e Poder no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1986.

MATTOS, Mauro Gomes de; ROSSETO JR., Adriano José; BLECHER, Shelly. **Teoria e prática da metodologia da pesquisa em educação física**: Construindo seu trabalho acadêmico: monografia, artigo científico e projeto de ação. São Paulo: Phorte, 2003.

MCLAREN, Peter. **Multiculturalismo crítico**. São Paulo: Cortez, 2000.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

OLIVEIRA, Gilson Batista. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Revista FAE v. 05 n. 02, Curitiba, 2002.

PORTAL BRASIL. **Percentual de leitores de jornal impresso permanece estável, aponta Pesquisa Brasileira de Mídia**. 2014. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2014/12/percentual-de-leitores-de-jornal-impresso-permanece-estavel-aponta-pesquisa-brasileira-de-midia>. Acesso em: 12 jun. 2016.

SAMPAIO, Jairo dos R. A pesquisa qualitativa entre a fenomenologia e o empirismo formal. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 36, n. 2, p.16-24, abr.- jun. 2004.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo, Editora Record, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política**. Petrópolis: Autêntica, 1999.

SILVA, Roberta Danielle de Oliveira. Jornalismo, publicidade e capas da revista Veja: uma relação de interdependência. **Anais do I Simpósio de Comunicação e Tecnologias Interativas**. 2008. Disponível em: <http://www2.faac.unesp.br/pesquisa/lecotec/eventos/simposio/anais.html>. Acesso em: 12 out. 2016.

SILVEIRA, Amélia. (Coord.) *et al.* **Roteiro básico para apresentação e editoração de teses, dissertações e monografias**. 2ª ed. Revisão atualizada e ampliada. Blumenau: Edifurb, 2004.

THEIS, Ivo Marcos *et al.* Globalização e planejamento do desenvolvimento regional: o caso do Vale do Itajaí. In: SIEBERT, C. (ORG.). **Desenvolvimento Regional em Santa Catarina**. Blumenau: Edifurb, 2001, p. 213-244.

THUROW, Lester C. **A construção da riqueza**: as novas regras para os indivíduos, empresas e nações numa economia baseada no conhecimento. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

VEJA. **Veja +: todo o poder da audiência de veja em várias plataformas por uma semana**. Disponível em: <http://www.publiabril.com.br/marcas/veja/revista/informacoes-gerais>. Acesso em 12 jun. 2016.

_____. **Marcas e plataformas Veja**. 2016. Disponível em: <http://publiabril.abril.com.br/marcas/veja>. Acesso em 27 de jun. 2016.

Ficha de Identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

João, Claudia Gadotti

IDEIAS E PROPOSTAS EDUCACIONAIS: DISCURSOS DIFUNDIDOS
PELA REVISTA VEJA (2011-2015) / Claudia Gadotti João / orientadora, Ione Ribeiro
Valle – Florianópolis, SC, 2016.

77p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências da Educação. Graduação em Pedagogia.

Inclui referências

1. Revista Veja. 2. Gustavo Ioschpe. 3. discursos educacionais. 4. ideias e
propostas. I. Valle, Ione Ribeiro. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Graduação em Pedagogia. III. Título.